

Documento de Área

# Filosofia

Área 33

**Coordenador da Área:**

Jorge Luiz Viesenteiner

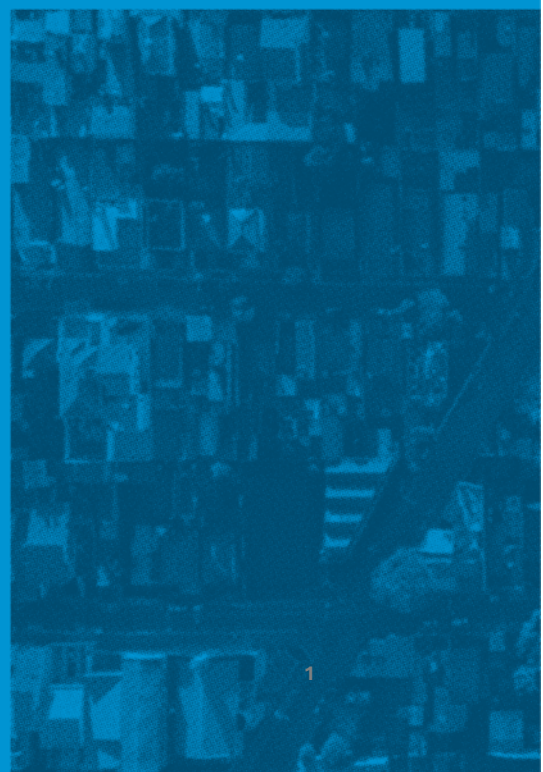
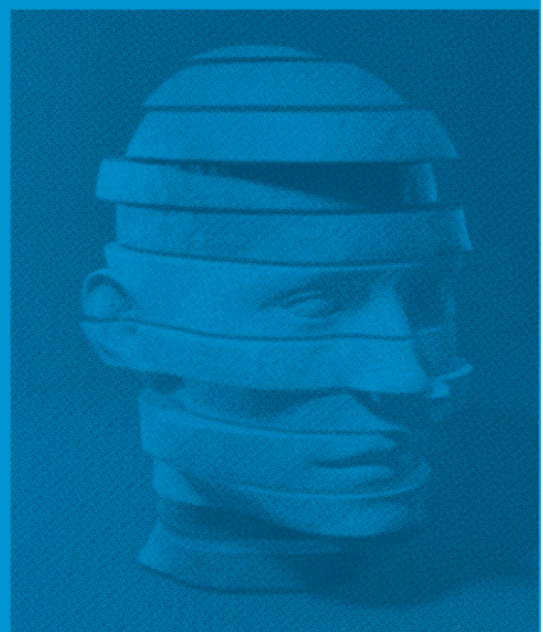
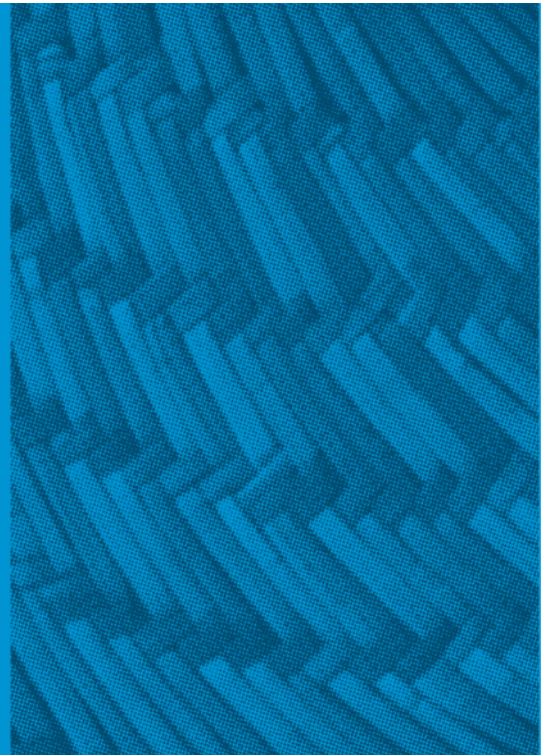
**Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:**

Cinara Nahra

**Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:**

Jelson Oliveira

2025 – 2028



## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>5</b>
<b>ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>6</b>
Consideração geral e desafios da Área de Filosofia .....	6
Diagnósticos da Área .....	7
Divisão Programas, Nível e Notas.....	8
Programas por Região .....	12
Tempo de Existência dos Programas .....	13
Tempo de Existência e Nota .....	15
Total de Programas e sua distribuição x Natureza Jurídica .....	15
<b>1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS .....</b>	<b>17</b>
1.1 Inovações, transformações e propostas.....	17
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior.....	19
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas.....	21
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP). .....	23
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino a distância.....	25
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional.....	25
1.7 Visão da Área sobre formas associativas.....	26
1.8 A interdisciplinaridade na Área. ....	26
<b>2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL .....</b>	<b>28</b>
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.....	28
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.....	32
2.2.1 Classificação de artigos.....	32
2.2.2 Classificação de livros.....	39
2.2.3 Classificação de PTT.....	43
2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta. ....	48

<b>3</b>	<b>IMPACTO .....</b>	<b>50</b>
3.1	Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade.....	50
3.2	Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência.....	55
3.3	Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	59
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA .....</b>	<b>61</b>
<b>5</b>	<b>EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....</b>	<b>65</b>
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	65
5.2	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI).....	66
5.3	Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.....	68
5.3.1	- Visão da Área sobre desigualdades de gênero e perspectivas para sua redução .	69
<b>6</b>	<b>ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS .....</b>	<b>72</b>
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração. ....	72
<b>7</b>	<b>OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA .....</b>	<b>72</b>

## Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

## PREÂMBULO

Este Documento de Área apresenta considerações sobre o futuro da Área de Avaliação de Filosofia para o ciclo avaliativo do quadriênio 2025-2028, e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da Capes em sintonia com as especificidades da Filosofia, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores conjugada com a produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, este Documento constitui a base dos diferentes processos de avaliação da Capes.

Essa Coordenação de Área optou pela redação do Documento de Área de maneira mais alongada, tanto para apresentar as concepções conceituais sobre importantes políticas de Pós-graduação para a área, quanto para detalhar situações inovadoras e alterações que são encaminhadas para o ciclo 2025-2028. Espera-se que este Documento, em sintonia com a Ficha de Avaliação, possa exercer a função de bússola para orientar organização e planejamento dos Programas para o quadriênio que se inicia a partir de 2025.

Além disso, este Documento de Área espelha e congrega uma sequência de discussões na Área de Filosofia, e que consistiu no paciente debate com distintos GTs, comissões e, especialmente, com as coordenações de Programas (PPG) da área, a fim de tornar o processo o mais transparente e republicano possível. Somente no ano de 2024 foram mais de 15 reuniões realizadas em vista do amadurecimento de temas sensíveis e importantes para o futuro da área, desde fragilidades de práticas cujas distorções devem ser corrigidas, passando pelo debate a respeito de uma melhor otimização na operacionalização da avaliação com vistas a conjugar economia de princípios e esforços em direção a um enfoque mais qualitativo da avaliação, até procedimentos indutivos que encaminham a área para um contínuo amadurecimento dos seus Programas, tanto para enfatizar potencialidades dos seus produtos e processos com vistas a um maior impacto na sociedade, quanto para combinar a concepção mais qualitativa com combates a desigualdades e assimetrias históricas da área. Essa sequência de debates culminou precisamente na sintetização conceitual dos principais documentos da área: Ficha de Avaliação, Documento Orientador de APCN e este Documento de Área.

## ESTADO DA ARTE

### Consideração geral e desafios da Área de Filosofia

A avaliação da Pós-graduação deve alcançar o máximo de aderência possível às atividades de pesquisas realizadas no interior de cada Programa, com o principal objetivo de amadurecer e consolidar os Programas da área. Isso significa que esse processo deve ser revisado constantemente, especialmente porque tão logo se alterem as condições e práticas de pesquisa qualitativamente relevantes na área, altera-se ou tem de se alterar o horizonte avaliativo dessas práticas. Avaliação, portanto, é um processo fluido e dinâmico: novas dinâmicas de pesquisa são construídas (por exemplo, pesquisas em rede e/ou interdisciplinares), novas metodologias de abordagem são elaboradas (nos últimos tempos, p.ex., mais e mais pesquisas de campo são realizadas na área), práticas sociais extensionistas são cada vez mais constantes e incorporadas nas atividades docentes no interior dos PPG do país, temas inovadores ganham espaço e tomam corpo na área – resultado do confronto com questões nacionais e internacionais sensíveis e mesmo da dinâmica crescente de grupos interdisciplinares de pesquisa –, tais como ética aplicada, ética animal, ética ambiental, gênero, inteligência artificial, raça, tecnologia da informação, ou ainda o volume crescente de preocupações da Filosofia com o Ensino e a Educação Básica, dentre outros, que se juntam às pesquisas mais tradicionais da nossa área, para formar um quadro diverso e extremamente rico, seja em termos de pesquisa desenvolvida por cada Programa, seja em termos de diversidade de perfis de docentes permanentes, ou ainda, em termos de homogeneidade regional e seus desafios para o amadurecimento dos PPG da área. Tal diversidade, além disso, é considerada por essa Coordenação de Área como absolutamente salutar e um valor a ser mantido e cultivado. Precisamos compreender, em definitivo, que horizontes diversos de pesquisa não são excludentes, que a Universidade é múltipla e que, assim, há espaço para distintos perfis de pesquisas.

Interesses de pesquisa se alteram normalmente ao longo do tempo, pois o perfil de docentes e discentes se transformam, assim como também se alteram as demandas que a Filosofia precisa enfrentar e responder, em termos científicos, sociais, políticos, educacionais, culturais etc., em âmbito nacional e internacional. Não é razoável obstar uma tal dinâmica de crescente transformação na área, cujo resultado é a sensível diversidade de perfis e de pesquisas nos PPG. É tarefa primordial da área reconhecer, diagnosticar e articular em termos formais (via documentos oficiais) essa diversidade, tão logo se aproxima e adere com maior consistência às distintas práticas e perfis de pesquisa. Cabe à área compreender tal diversidade e assumi-la como parte do quadro atual da Filosofia brasileira, com vistas a um olhar sobre o que é qualitativamente relevante naquilo que se produz em quaisquer searas teóricas. Essa diversidade, reiteramos, é um valor a ser mantido pela Coordenação de Área.

O esforço de amadurecimento e qualidade da área, além disso, tem de se alinhar estreitamente com ações afirmativas e de combate às assimetrias e desigualdades da área historicamente acumuladas, a fim de construir as melhores condições de ampliação do acesso e permanência de mulheres, pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência (PcDs), refugiados e/ou trans (transgêneros, transexuais e travestis), sempre em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou equivalente da Instituição de Ensino Superior (IES), bem como com o próprio contexto do Programa e seu local de inserção. Nesse caso, deve-se compreender que processos e produtos qualitativamente relevantes também não excluem ações de combate às desigualdades da área.

As duas concepções acima circunscrevem, em termos gerais, dois anseios atuais e vivazes da área de Filosofia sob a forma de desafios: em primeiro lugar, o endosso não excludente da atual diversidade da área e, em segundo lugar, a tarefa de articular e aprofundar a conjugação entre qualidade e inclusão.

Outros desafios também presentes e de modo algum menos importantes, dizem respeito ao desenvolvimento da área com a abertura de Cursos Novos principalmente em regiões assimétricas, e o consecutivo esforço de crescimento orgânico e homogêneo da área em termos de ampliação e amadurecimento desses Cursos Novos e dos Programas já em funcionamento; a estruturação e a abertura cada vez maior em relação ao Impacto na sociedade e à inovação dos Programas por meio de atividades, produtos e processos qualitativamente relevantes; o incremento e a preocupação com a qualidade das dissertações e teses; o desenvolvimento sustentável, representativo e descentralizado da Pós-graduação em Filosofia, refletindo o crescente protagonismo de distintos colegas em todas as regiões brasileiras, de forma a fomentar uma crescente representatividade regional e institucional, de gênero e de etnia, nas mais diversas subáreas e fronteiras de interlocução da Filosofia com as ciências, artes e cultura contemporânea; e demandas qualitativas tradicionais como a internacionalização, interdisciplinaridade, articulação e integração entre Pós-graduação, Graduação e Ensino Básico.

Espera-se que a área possa sempre manter esses horizontes nas suas expectativas futuras, em constante debate e reformulação sob a forma de reflexão sobre si mesma, a fim de acompanharmos tendências e demandas da sociedade brasileira, resguardando procedimentos específicos que temos na Filosofia.

## Diagnósticos da Área

A atual realidade da área de Filosofia é tão desafiadora quanto promissora, dado o crescimento contínuo e acelerado da área desde o reconhecimento pela CAPES do primeiro programa de mestrado em 1971. Após uma expansão qualificada nas duas últimas décadas – especialmente após o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) a partir de 2007 –, atingimos a marca de 54 Programas em 2024, com um protagonismo amadurecido da área na comunidade

científica brasileira, notadamente com a abertura de novos cursos em regiões com menor representatividade ou com grandes demandas regionais fora dos centros metropolitanos. Em relação aos dois últimos Editais de APCN da CAPES (2022 e 2023), houve a consequente abertura de novos doutorados resultantes da qualificação dos Programas, mas um aspecto vale mencionar como termômetro para a área: as propostas de novos mestrados – portanto, entrada no sistema de avaliação efetivamente – foram exclusivamente oriundas de regiões consideradas assimétricas na área, a saber, as regiões Norte, Nordeste (em regiões de baixa densidade de programas) e Centro-Oeste (com exceção do Distrito Federal).

APCN (2022 e 2023)	
Mestrado	Doutorado
UFT/ TO	UNESP/ SP
UFMS/ MS	FAJE/ MG
UESC/ BA	UFPE/ PE
UFAM/ AM	UFRRJ/ RJ
	UFMT/ MT
	UEM/ PR

Mencione-se ainda que o Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) passou a integrar e ser avaliado pela Área 51 dos Programas Profissionais em Rede para Professores da Educação Básica (PROF/ProEB). Nesse sentido, a área de Filosofia passa a contar apenas com um Mestrado Profissional direcionado ao Ensino de Filosofia no CEFET-RJ.

A partir dos dados atualizados de 2024, a área conta com 54 Programas em funcionamento (a partir de 2025, em acréscimo, a entrada formal de mais dos 3 PPG na área), cujas informações fornecemos a seguir a fim de termos um panorama geral da Filosofia.

## DIVISÃO PROGRAMAS, NÍVEL E NOTAS

### Novos Programas (entrada no sistema, Nota A)

Sigla IES	Nível do PPG Atual	Nota do Programa
UECE	ME	A
UFMA	ME	A
UFT	ME	A

### Programas Nota 3

Sigla IES	Nível do PPG Atual	Nota do Programa
UNICAP	ME	3
UVA	ME	3
UFFS	ME	3
UFAL	ME	3
UFJF	ME	3
UFLA	ME	3
UNIR	ME	3
UFSJ	ME	3

### Programas Nota 4

Sigla IES	Nível do PPG Atual	Nota do Programa
FAJE	ME/DO	4
UFPB-JOÃO PESSOA	ME	4
UFPEL	ME/DO	4
UFPE	ME/DO	4
UFABC	ME/DO	4
UFES	ME/DO	4
UFPA	ME	4
UFF	ME/DO	4
UCS	ME/DO	4
UEL	ME/DO	4
UEM	ME	4
UFMT	ME	4
UFOP	ME/DO	4
UFS	ME/DO	4
UFRRJ	ME	4
CEFET-RJ	MP	4

## Programas Nota 5

Sigla IES	Nível do PPG Atual	Nota do Programa
PUC-RIO	ME/DO	5
UNB	ME/DO	5
UERJ	ME/DO	5
UNIOESTE	ME/DO	5
UNESP-MAR.	ME/DO	5
UFG	ME/DO	5
UFSM	ME/DO	5
UFSCAR	ME/DO	5
UNIFESP	ME/DO	5
UFU	ME/DO	5
UFC	ME/DO	5
UFPI	ME/DO	5
UFRN	ME/DO	5
UFRJ/LM	ME/DO	5
UNB/MET	ME/DO	5

## Programas Nota 6

Sigla IES	Nível do PPG Atual	Nota do Programa
PUCSP	ME/DO	6
PUCPR	ME/DO	6
UNISINOS	ME/DO	6
UNICAMP	ME/DO	6
UFBA	ME/DO	6
UFPR	ME/DO	6
UFRJ	ME/DO	6
UFRGS	ME/DO	6

## Programas Nota 7

Sigla IES	Nível do PPG Atual	Nota do Programa
PUCRS	ME/DO	7
USP	ME/DO	7
UFMG	ME/DO	7
UFSC	ME/DO	7

## Tabela geral de Cursos e Modalidades

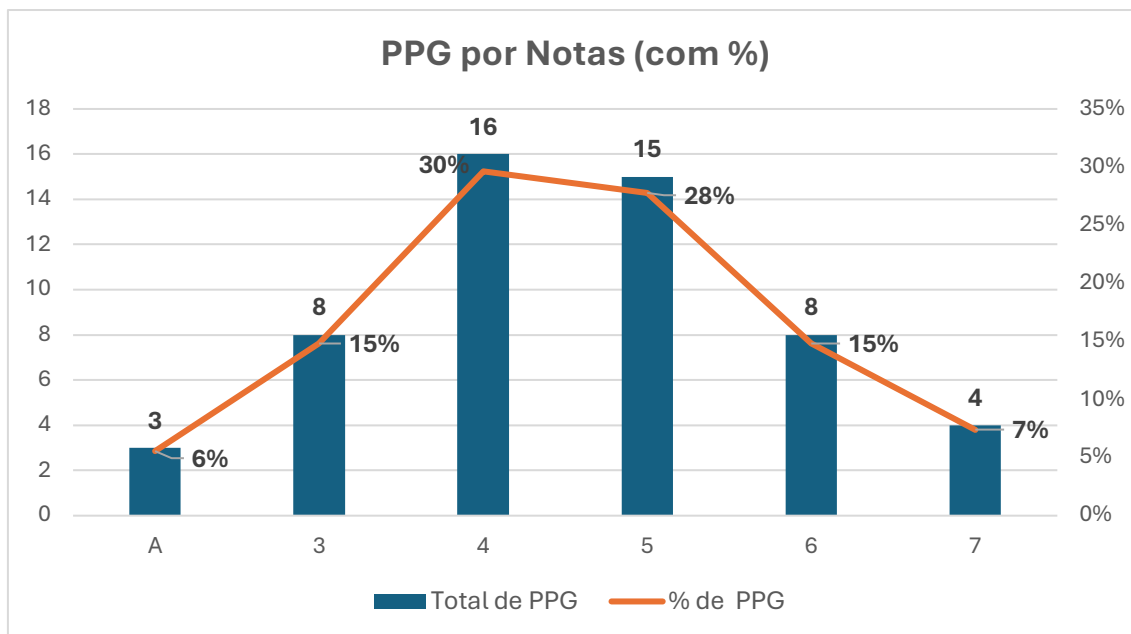
Tabela geral Cursos e Modalidades			
Nível	ME	ME/DO	MP
Total	16	37	1

Os dados gerais podem ser detalhados em relação a regiões, tempo de existência do PPG e notas. Para facilitar, criamos uma legenda geral com cores das notas dos PPG.

Legenda Geral	
Nota	Cor
<b>7</b>	
<b>6</b>	
<b>5</b>	
<b>4</b>	
<b>3</b>	
<b>A</b>	

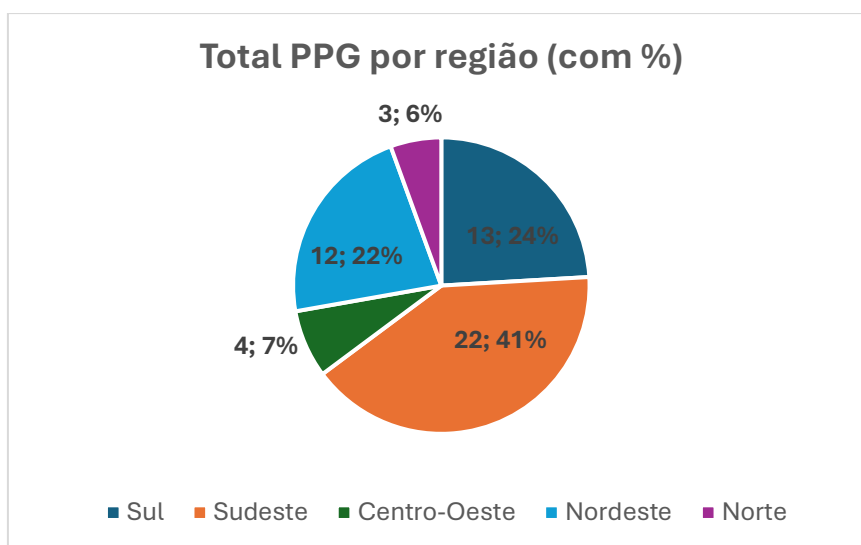
PPG por Notas <sup>1</sup>							
Nota	<b>A</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	Total
Nº PPG	3	8	16	15	8	4	54
%	6%	15%	30%	28%	15%	7%	101%

<sup>1</sup> Os percentuais estão arredondados para cima, a fim de facilitar a visualização geral. Por isso, a somatória é 101%.



## PROGRAMAS POR REGIÃO

Total PPG por região						
Região	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Nº PPG	13	22	4	12	3	54
%	24%	41%	7%	22%	6%	100%



% PPG por Notas e Região					
Nota	Sul/ %	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
<b>7</b>	2/ 4%	2/ 4%			
<b>6</b>	4/ 7%	3/ 6%		1/ 2%	
<b>5</b>	2/ 4%	7/ 13%	3/ 6%	3/ 6%	
<b>4</b>	4/ 7%	7/ 13%	1/ 2%	3/ 6%	1/ 2%
<b>3</b>	1/ 2%	3/ 6%		3/ 6%	1/ 2%
<b>A</b>				2/ 4%	1/ 2%

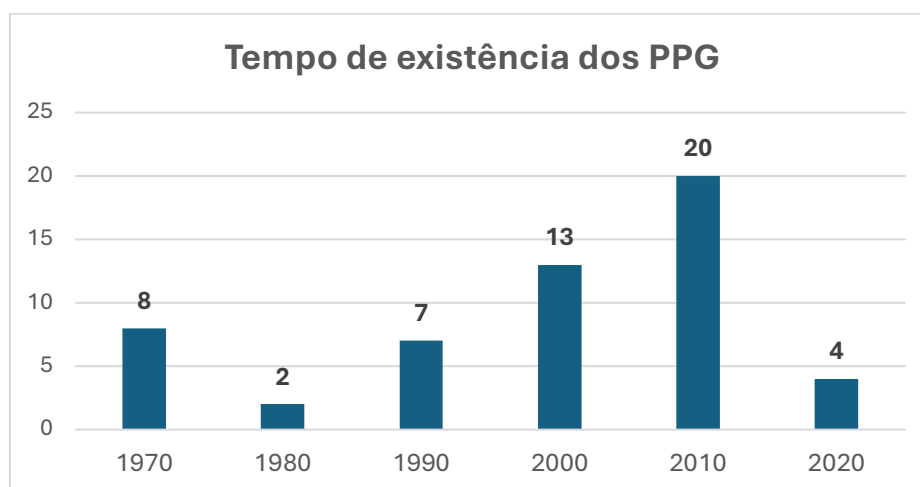
## TEMPO DE EXISTÊNCIA DOS PROGRAMAS

A área de Filosofia é uma das mais antigas do Sistema Nacional da Pós-graduação. Ainda que antiguidade não signifique, necessariamente, qualidade garantida e assegurada, é preciso reconhecer que o tempo de existência de um Programa está diretamente relacionado ao volume de atividades e à envergadura de produtos e processos que o PPG vai construindo ao longo do tempo. Assim, espera-se que com o passar dos ciclos avaliativos, um Programa adquira maior maturidade em termos de institucionalidade dos seus procedimentos e processos, formação de mestres e doutores com respectiva inserção no mercado de trabalho, bem como impacto na sociedade em termos locais, regionais, nacionais e internacionais, especialmente com a qualidade das suas produções intelectuais. Essa perspectiva é claramente encontrada na área de Filosofia, conforme os dados apresentados abaixo:

Tempo de existência x PPG					
1970	1980	1990	2000	2010	2020
PUCSP	UFSCAR	UNB	FAJE	UVA	UNICAP
PUC-RIO	UFRGS	UERJ	PUCPR	UFFS	UECE
PUCRS		UNICAMP	UNISINOS	UFAL	UFMA
USP		UNESP	UNIOESTE	UFJF	UFT
UFPB		UFG	UFBA	UFLA	
UFMG		UFSC	UFPEL	UFPE	
UFSM		UFC	UFU	UNIR	
UFRJ			UFES	UFSJ	
			UFPR	UNIFESP	
			UFPI	UFABC	
			UFRN	UFPA	
			UFOP	UFF	

Tempo de existência x PPG					
1970	1980	1990	2000	2010	2020
			UFRJ/LM	UCS	
				UEL	
				UEM	
				UFMT	
				UFS	
				UFRRJ	
				CEFET-RJ	
				UNB/MET	

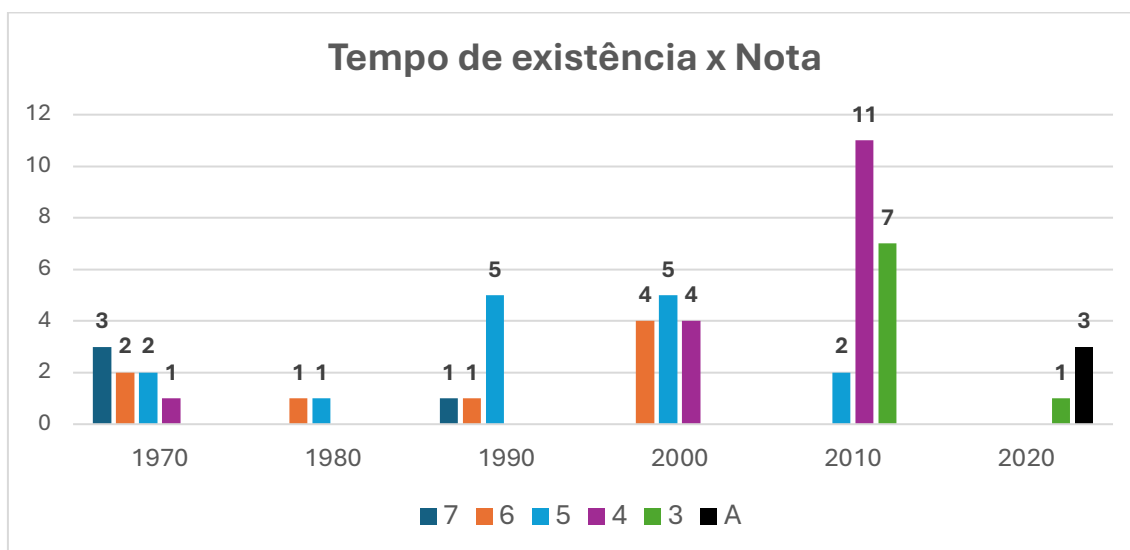
Tempo de existência dos PPG							
Década	1970	1980	1990	2000	2010	2020	Total
Nº PPG	8	2	7	13	20	4	54
	17 (em 3 décadas)			13	20	4	



## TEMPO DE EXISTÊNCIA E NOTA

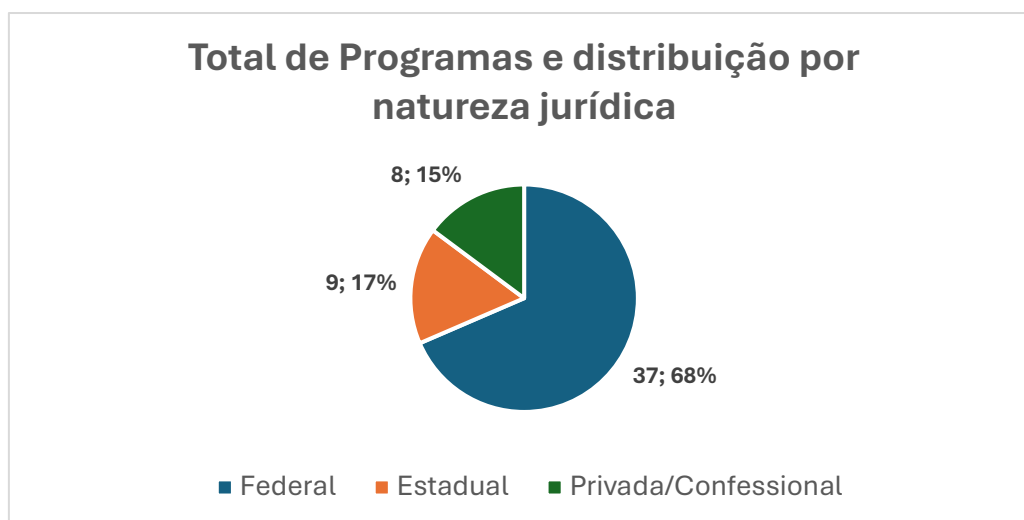
O tempo de existência do Programa, ao contínuo à hipótese anterior, acaba se refletindo também na Nota:

Tempo de existência x Nota							
Nota	1970	1980	1990	2000	2010	2020	Total
<b>7</b>	3		1				4
<b>6</b>	2	1	1	4			8
<b>5</b>	2	1	5	5	2		15
<b>4</b>	1			4	11		16
<b>3</b>					7	1	8
<b>A</b>						3	3
							54



## TOTAL DE PROGRAMAS E SUA DISTRIBUIÇÃO X NATUREZA JURÍDICA

Distribuição de PPG por natureza jurídica				
	Federal	Estadual	Privada/Confessional	
Total	37	9	8	54
%	68%	17%	15%	100%



Como se observa pelos dados acima, a área de Filosofia, após o REUNI, mais que duplicou de tamanho especialmente na direção da regionalização da Pós-graduação, algo que pode ser considerado um crescimento homogêneo e orgânico, conjugado com a qualificação dos Programas na direção de um amadurecimento maior em termos de proposta de Programa, Formação e Impacto na Sociedade. Em termos específicos, podemos dizer também que a consolidação da área se verifica sobretudo pelo aumento qualitativo e quantitativo da produção docente e discente, bem como pela quantidade e a qualidade das dissertações e teses, não só nos programas de excelência, mas no conjunto da área.<sup>2</sup> A julgar pelo panorama da área e seu atual estado da arte, é preciso reunir esforços para consolidar os Programas existentes, incluindo abertura de doutorado para aqueles que contam apenas com mestrado, ao mesmo tempo em que é desejável a abertura de novos cursos de mestrado especialmente em áreas consideradas assimétricas na área.

Esse processo de expansão da área como um todo é acompanhado também de uma evolução benéfica em várias direções: expansão regional e descentralizada dos Programas em relação às metrópoles do Sul e Sudeste, evolução gradativa dos indicadores avaliativos e que se refletem nas notas dos PPG, crescimento considerável nas atividades de internacionalização (tanto em função do aumento de Programas nota 6 e 7, quanto em função da ampliação de redes de pesquisa internacionais), intensificação das atividades da Pós-graduação com a Educação Básica em função da configuração mais específica da identidade/perfil de parte dos Programas da área.

<sup>2</sup> Um aprofundamento dos dados da área em relação a outras concepções como totalidade de produção e percentuais de produtos, desafios de gênero, assimetrias, demanda e evasão etc., podem ser visualizadas no Relatório de Seminário de Meio Termo ocorrido em outubro de 2023 na CAPES, em Brasília, publicidade por meio do site da área na CAPES: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-humanas/Filosofia\\_RelatrioSMT2023\\_33.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-humanas/Filosofia_RelatrioSMT2023_33.pdf)

# 1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

## 1.1 Inovações, transformações e propostas

Os processos avaliativos e a dinâmica de pesquisa são fluidos e se alteram rapidamente tanto no Sistema Nacional de Pós-graduação em geral, mas também em específico para a Filosofia. Nesse sentido, inovações e transformações na pesquisa são naturais e esperadas, demandando que os documentos consigam captar tais inovações e transformações na área. Das inovações e transformações em específico da área de Filosofia e após intenso debate com a comunidade, algumas importantes mudanças foram encaminhadas para o ciclo avaliativo do quadriênio 2025-2028, além dos aspectos já tradicionalmente considerados na Filosofia, a fim de que os Programas empenhem seu planejamento estratégico com vistas a esse novo contexto. Dentre os aspectos inovadores principais do próximo ciclo, destacamos sumariamente os seguintes (esses aspectos serão detalhados adiante no presente Documento):

- a) Aprofundamento dos processos de autoavaliação e planejamento estratégico dos Programas. É virtuoso que a área amadureça cada vez mais na direção da autoavaliação, seja em função de um ganho de autonomia, seja por conta do envolvimento e do engajamento maiores do corpo docente e discente como um todo nas atividades do PPG, cujos processos devem ser realizados sempre no contexto da Instituição em que está inserido, bem como da região em que se localiza.
- b) Intensificação da avaliação qualitativa dos produtos e procedimentos. As discussões da área indicaram para a importância da economicidade dos princípios avaliativos, no sentido de enxugar os indicadores de avaliação, ao mesmo tempo em que direcionaram maiores esforços avaliativos para processos e produtos destacados como qualitativamente mais relevantes por docentes, discentes/egressos e pelo Programa. A intensificação qualitativa envolve tanto os processos internos de cada PPG (ex: autoavaliação, clara definição do perfil/identidade e classe de impacto, envolvimento mais orgânico e aderente de docentes nas atividades da Pós-graduação e Graduação, pesquisa interdisciplinar e em redes etc.) quanto também a produção intelectual de artigos, livros e PTT. Para além da somatória de pontos, trata-se, doravante, de uma maior organização do PPG para articular suas atividades de pesquisa e de publicação.
- c) Ênfase crescente no impacto do Programa na sociedade. Desde o Seminário de Meio Termo de outubro de 2023, iniciamos a discussão sobre a ampliação do período para que um produto, atividade ou processo, na área de Filosofia, possa efetivamente gerar impacto. A ideia foi muito bem aceita e decidimos pela ampliação em 12 anos.

- d) Ajuste de alguns aspectos indesejados para a área, como por exemplo, um excesso de docentes colaboradores/as em relação ao número total de docentes do PPG (ajustado na Ficha para no máximo 30% de colaboradores/as), bem como maior clareza na estabilidade docente na comparação do número de permanentes no início e no final do ciclo avaliativo.
- e) Definição clara dos indicadores e fatores levados em consideração para cada dimensão da avaliação (Programa, Formação e Impacto), incluindo o tipo de metodologia qualitativa a ser empregada na avaliação de cada indicador.
- f) Construção de estratégias mais precisas de acompanhamento de egressos, especialmente na direção de que esse acompanhamento possa se institucionalizar, a fim de mapear e monitorar com maior acurácia a inserção de egressos.
- g) Inclusão dos assim denominados Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA), um conjunto integrado de atividades mediadas por metodologias participativas, inovadoras e tecnologias educacionais, cujos procedimentos metodológicos englobam a interação entre ambientes presenciais e digitais para potencializar as diversas atividades acadêmicas realizadas no percurso formativo.
- h) Valorização de ações ligadas à promoção de iniciativas em vista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 da ONU, entre as quais se incluem a erradicação da pobreza, a proteção ambiental e a promoção da paz.
- i) Inclusão de ações de combate às assimetrias e desigualdades históricas da área, desde licença parental para discentes e docentes até procedimentos para evitar assédio e outras formas de discriminação, com o intuito tanto de articular formalmente distintas disparidades com vistas ao reconhecimento de uma diversidade da área e sua consequente inclusão na Ficha de Avaliação, quanto também para o incentivo e amadurecimento de uma cultura que reconheça que, sob determinadas condições (ex: maternidade) as demandas de pesquisa devem ser distintamente consideradas.

As transformações encaminhadas para o próximo quadriênio, como se vê, privilegiam aspectos mais qualitativos do Programa como um todo, de modo que o desafio maior que tivemos na área foi a construção de indicadores que possam captar a diversidade da área e seus aspectos qualitativos, independentemente da identidade/perfil do Programa e sua respectiva inserção local, regional, nacional ou internacional. Não é tarefa fácil e, conforme já afirmado, trata-se de um processo fluido, de modo que a avaliação possa acompanhar a dinâmica das pesquisas e os produtos e processos delas resultantes.

Devemos sempre ter em mente que planejamento, avaliação e organização de um Programa de Pós-graduação são aspectos nos quais a proposta de Programa, atividades, a produção intelectual e os impactos de docentes permanentes e seus respectivos Programas são considerados em sua totalidade, ou seja, avaliam-se distintas performances em cada indicador relativo a Programa, Formação e Impacto, de modo que estejam organicamente articulados e com bom desempenho. A CAPES avalia o Programa como um todo, e não docentes em particular que, neste caso, é responsabilidade do

CNPq. Privilegia-se, ademais, o olhar sobre cada Programa em relação à sua identidade/perfil relativamente ao local em que está inserido e à abrangência que cada PPG se propõe, seja para equalizar as análises e planejar melhor metas de médio e longo prazo, seja para enfatizar a importância econômico-social que um PPG exerce no desenvolvimento regional ou nacional.

## **1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior**

O planejamento dos Programas é um instrumento de gestão essencial para o progresso das instituições e da ciência. Os avanços do sistema de avaliação devem-se, em grande parte, à implementação de um planejamento bem estruturado e que se reflete no Plano Nacional de Pós-Graduação. Ato contínuo, a área de Filosofia e seus Programas devem igualmente acompanhar essa perspectiva macro de direção da Pós-graduação brasileira, a fim de elaborar e gerir de maneira mais efetiva seu próprio planejamento, à luz das especificidades que possuímos, alinhado com o planejamento das Instituições de Ensino Superior (IES) que os acolhem. As características da Pós-graduação exigem um planejamento contínuo, visando aumentar seu impacto na sociedade e aprimorar a qualificação dos profissionais formados.

Para os Programas da área, recomenda-se vivamente que o planejamento de médio e longo prazo esteja em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou equivalente da IES, tanto para o indispensável apoio institucional com vistas a uma maior performance de atividades em âmbito local, regional, nacional ou internacional (a depender do estágio de maturidade do PPG) – incluindo plano de atualização de docentes, expansão da infraestrutura, dos recursos humanos e processos administrativos internos –, quanto para articular de maneira coerente e contínua as ações de correção das fragilidades, assim como consolidação dos potenciais de cada Programa. Nesse caso, planejamento estratégico e autoavaliação são variáveis que não devem estar desconectadas. A estreita relação entre essas variáveis exige que cada PPG tenha clareza sobre sua identidade/perfil, sua dimensão de inserção social e seu potencial de impacto na sociedade, além de maturidade suficiente para saber o que pretende (com base nesse perfil) e onde quer chegar em termos de metas. É cada vez mais comum que as IES possuam sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), de modo que é vantajoso que o Programa lance mão desse instrumento de gestão para aprimorar seus próprios instrumentos de planejamento estratégico.

Um consenso da área é que cada Programa tenha ferramentas adequadas para ações afirmativas e de combate às assimetrias e desigualdades da área no corpo discente e docente. Nesse sentido, demanda-se que no planejamento sejam apresentadas metas destinadas à ampliação do acesso e permanência de mulheres, pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência (PcDs), refugiados e/ou trans (transgêneros, transexuais e travestis). A maioria das IES atualmente já trabalham nessa

direção, de modo que as metas de cada PPG, igualmente, devem estar em sintonia com o PDI da IES e seu local de inserção. O consenso da área, além disso, tem de se conjugar com o monitoramento posterior sobre a efetividade das ações tomadas pelos Programas, sob a forma de obrigatoriedade de uma classe de impacto social, ou seja, as ações e os esforços proativos envidados pelos Programas precisam se refletir, posteriormente, na melhoria dos indicadores de impacto social a propósito do acesso e permanência de grupos vulneráveis. Na prática, trata-se de conjugar os esforços no planejamento e sua respectiva avaliação posterior sob a forma de impacto social.

A propósito desse consenso da área de incluir em seus planejamentos o combate às desigualdades, encaminhamos a seguir uma consideração que diz respeito ao compromisso com iniciativas de prevenção e enfrentamento ao racismo, sexismo, capacitismo, assim como outras formas de discriminação, assédio e abuso no Programa, que foi inserido no indicador 1.1.1 da Ficha de Avaliação. Ao longo das discussões, a Coordenação de Área recebeu sugestões de colegas sobre aspectos avaliativos e de planejamento, de modo que endossamos e encaminhamos um detalhamento maior sobre a questão. Um grupo ficou responsável pela elaboração do maior detalhamento sobre o tema em um breve texto, que reproduzimos a seguir:

- “Garantia junto à IES de infraestrutura e de práticas que possibilitem a efetivação das oito dimensões de acessibilidade visando o combate do capacitismo, bem como de condições de acesso de pessoas com deficiência aos processos seletivos, aulas e conteúdos didáticos.
- Adoção e publicização de protocolos de boas práticas do exercício profissional de ensino e pesquisa. Sugerimos a adoção do protocolo disponível em [www.filosofas.org/protocolo](http://www.filosofas.org/protocolo) e a sua leitura junto a docentes e discentes.
- Exames de seleção devem contar com diversidade entre os membros da banca, a gravação das entrevistas para efeito comprobatório e a garantia de que não serão feitas perguntas acerca da vida privada, evitando assim vieses implícitos.
- Garantia do registro de dados de gênero, raça e deficiência de todos os discentes na inscrição no processo seletivo e dos docentes no credenciamento, assim como o preenchimento dos dados nos quesitos disponíveis na Plataforma Sucupira e publicização dos quantitativos nos relatórios do PPG.
- Adoção de procedimentos de letramento – como treinamento e preenchimento de formulário – sobre discriminação, capacitismo, abuso e assédio moral e/ou sexual para discentes e docentes.
- Organização de palestras, cursos, oficinas e/ou disciplinas regulares que tratem da prevenção de discriminação, capacitismo, abuso e assédio moral e/ou sexual.
- Garantia de rápida troca de orientador em caso de alegação de incompatibilidade de perspectiva com a/o discente.
- Publicação acessível, na página do PPG, dos procedimentos institucionais de acolhimento de queixas e encaminhamento de denúncias.

- Denúncias devem ser registradas a pedido da vítima e, havendo consentimento da mesma, encaminhadas aos setores competentes da Universidade, protegendo a vítima de exposição.
- Garantias de inexistência de conflitos de interesse para denunciante em contextos de disciplinas, bancas e processos seletivos, incluindo inexistência de acareação informal.
- Existência de uma política de ações afirmativas clara para ingresso e distribuição de bolsas com cotas reservadas para os grupos mencionados no item 1.3.1 (d) da ficha de avaliação.”<sup>3</sup>

Ainda sobre o funcionamento dos Programas em termos curriculares, já há Instrução Normativa da CAPES que regulamenta os Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA).<sup>4</sup> É inegável que nos últimos anos temos adotado ferramentas tecnológicas no ensino e na aprendizagem no interior não apenas da Graduação, mas também da Pós-graduação. Essas ferramentas, sustentadas pela tecnologia, aproximaram pensamentos e facilitaram o compartilhamento imediato de conhecimento, sendo inseridas com rapidez e dinamicidade nas distintas atividades de cada PPG. Na prática, PHEA já é uma realidade na Pós-graduação brasileira, e não é diferente com a Filosofia. Nesse sentido, a área de Filosofia recomenda que os Programas possam estar atentos à legislação em vigor, especialmente para o fato de que PHEA não é uma modalidade de ensino a distância, mas um procedimento metodológico que pode complementar o funcionamento dos Programas de Pós-graduação. Os Programas que adotarem essa metodologia devem seguir a legislação vigente e adaptar seus Regimentos/Regulamentos internos para incluir os PHEA. É também fundamental refletir se esse método realmente promove a inclusão cidadã, evitando que a falta de recursos tecnológicos, como computadores adequados e internet de alta velocidade, exclua discentes que não têm acesso a essas ferramentas.

A sintonia entre o planejamento macro da Pós-graduação brasileira e dos Programas da área de Filosofia possui grande potencial para contribuir com o crescimento e a qualidade do sistema de Pós-graduação como um todo, aumentando os benefícios esperados para a sociedade, tanto na formação de recursos humanos quanto no papel central no desenvolvimento social e econômico do país.

### 1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

Desde 2018, a CAPES instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para induzir a prática da autoavaliação nos Programas. As diretrizes desse GT têm apoiado a institucionalização da autoavaliação nos PPG, alinhada ao planejamento estratégico de cada programa, a fim

---

<sup>3</sup> Essa sugestão foi originalmente enviada pelos colegas Fernando Sá (UFF) e Fábio Passos (UFPI), que após discutida em reunião com as coordenações de Programa da área durante o XX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), concordamos que os dois colegas juntamente com a Rede Brasileira de Mulheres Filósofas ficariam responsáveis pela elaboração do texto acima. Essa Coordenação de Área, em nome da comunidade, agradece aos colegas e às colegas que se envolveram diretamente na confecção do texto.

<sup>4</sup> Cf. Instrução Normativa GAB nº 2, de 3 de dezembro de 2024.

de torná-la contínua e que inclua a participação de todos os envolvidos, buscando identificar pontos fracos e fortes. Essa autoavaliação deve seguir um Modelo de Avaliação Multidimensional, que leva em conta a diversidade dos Programas e das IES em diferentes aspectos, como a formação de mestres e doutores, internacionalização, produção científica, inovação e o impacto na sociedade.

Espera-se que no próximo quadriênio, os Programas intensifiquem e aprofundem a prática da autoavaliação, em sintonia com o planejamento estratégico, na medida em que tal processo institucionaliza a reflexão que a comunidade e cada Programa faz sobre si mesmos. A área entende que a dimensão e o objetivo formativo e de aprendizagem da autoavaliação, enquanto processo de se avaliar a si própria, deve possibilitar uma reflexão sobre o contexto e as políticas adotadas por cada Programa, além de contribuir para a sistematização dos dados que levam à tomada de decisão em seu planejamento estratégico. A inclusão da autoavaliação como um dos critérios na ficha de avaliação dos PPG tem como objetivo permitir à CAPES monitorar como os Programas realizam suas autoavaliações. Dessa forma, cumpre que cada Programa desenvolva seu próprio modelo de autoavaliação, alinhado à sua identidade/perfil e aos seus objetivos estratégicos de médio e longo prazos. É essencial que essa autoavaliação esteja em sintonia com os critérios da ficha de avaliação, possibilitando comparações entre os Programas e uma visão mais abrangente sobre eles. A ideia é que a avaliação externa se articule com a autoavaliação, de modo que cada Programa apresente um relato detalhado dos procedimentos e ferramentas utilizados em sua autoavaliação (particularmente estreitados com indicadores e fatores constantes na Ficha de Avaliação da área), a fim de possibilitar uma meta-avaliação realizada pela CAPES.

Partindo da identidade/perfil de cada Programa e sua respectiva definição de inserção, recomenda-se, em termos específicos, que os PPG detalhem ao menos três horizontes (dentre outros) da sua autoavaliação: a) descrição da política de autoavaliação do Programa; b) descrição das estratégias de acompanhamento da autoavaliação e o uso dos seus resultados; c) descrição do atingimento das metas e objetivos em geral do Programa, incluindo ações afirmativas e combate às desigualdades explicitadas em seu Planejamento Estratégico. Assim, a política de autoavaliação deve ser amplamente institucionalizada e publicizada, realizada de forma participativa, com princípios, procedimentos e metodologias claramente explicados, incluindo metas de médio e longo prazos, com vistas à produção intelectual, formação discente, internacionalização e impactos esperados na sociedade. Além disso, é desejável a articulação de estratégias de acompanhamento contínuo da autoavaliação, bem como a descrição do uso dos resultados oriundos dela, seja para fins de correção de fragilidades e trajetórias, seja para consolidação e desenvolvimento futuros e, por fim, a descrição sobre o alcance do cumprimento ou não das metas que cada Programa se propõe, incluindo ações afirmativas e de combate às desigualdades.

É altamente recomendável que cada Programa tenha também uma comissão interna de autoavaliação, institucionalizada no PPG e com rodízio de membros, a fim de auxiliar e subsidiar as coordenações nas atividades estruturais do PPG e tomada de decisão. A avaliação do quadriênio 2025-2028 intensificará os aspectos qualitativos de avaliação,

por exemplo, da produção intelectual de discentes, egressos e docentes permanentes. Nesse caso, uma comissão interna de autoavaliação – **formada minimamente pela coordenação, um/a docente de cada linha de pesquisa, discentes em nível de mestrado e doutorado igualmente vinculados às diferentes linhas de pesquisa, servidor/a técnico-administrativo, membro de CPA ou equivalente das Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação e, se houver condições, um egresso** – pode ser auxílio relevante nas atividades estruturais do PPG em diferentes direções, desde pensar melhor produtos e processos a serem destacados, passando pelo mapeamento e sistematização dos dados do Programa até o papel de diagnóstico e correção importante de rumos. Obviamente o processo de autoavaliação deve envolver os colegiados como um todo dos Programas, incluindo decisões importantes a serem encaminhadas, mas certamente é vantajosa e recomendável, doravante, a institucionalização de uma comissão interna de autoavaliação.

Espera-se que a autoavaliação fortaleça o autoconhecimento dos Programas, criando uma cultura avaliativa e uma visão mais integrada das suas práticas internas e a diversidade que as compõe, em sintonia com o contexto institucional e regional. A área reconhece que esse é um processo virtuoso que tenderá a intensificar, no futuro, a autonomia dos Programas da área como um todo, ampliando cada vez mais o modelo de Avaliação Multidimensional capaz de articular as especificidades e diversidades da área.

#### **1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)**

As atividades que envolvem docentes permanentes nos PPG devem incluir cinco atuações fundamentais: a) turmas na Pós-graduação; b) projeto de pesquisa vinculado à linha de pesquisa que inclua discentes; c) produção intelectual; d) orientações; e) vinculação com a Graduação. Essas atividades devem estar bem distribuídas entre o corpo docente, sem concentrações em apenas parte dos/as docentes. É desejável, portanto, que ao longo do quadriênio, cada docente possua as cinco atuações básicas que compõem atividades de um docente permanente na Pós-graduação. A fim de evitar concentrações, a ficha de avaliação do ciclo 2025-2028 traz um indicador em específico para avaliar a consistência da distribuição/equilíbrio dessas atividades no Programa como um todo, sob a forma de percentual de distribuição (indicador 2.4.3).

O corpo docente deve ser qualificado, com formação e titulação compatíveis para contemplar a diversidade de formação adequada ao perfil/identidade do Programa, e possuir independência científica. A formação do corpo docente permanente deve ainda ser adequada e coerente à Proposta do Programa e às suas áreas de concentração, linhas, projetos e grupos/núcleos de pesquisa, evitando-se a dependência de membros externos para o desenvolvimento das linhas de pesquisa, bem como docentes com projetos isolados da Proposta geral do Programa. Obviamente, qualquer docente pode desenvolver pesquisas com total liberdade, porém, para fins avaliativos, recomenda-se que possua também um projeto de pesquisa coerente e aderente à Proposta do Programa.

Em termos de atividade de orientação, não há um número máximo de orientandos/as sob responsabilidade de docentes permanentes, ficando à cargo de cada PPG a definição do quantitativo de orientações para docentes, conforme suas condições de funcionamento, demanda e número total de docentes no PPG. O Programa deve, entretanto, observar a adequada distribuição das orientações entre seus docentes – evitando concentrações ou que algum/a docente permaneça sem orientações ao longo do quadriênio –, bem como a compatibilidade entre a carga horária destinada ao Programa e as outras atividades a serem desenvolvidas. Se o/a docente tem condições de assumir 2, 5, 10 ou 12 orientações, por exemplo, esse quantitativo deve ser adequado, porém, às demais atividades que também devem ser realizadas, zelando pela adequada distribuição e equilíbrio em relação ao corpo docente total do Programa e seu funcionamento.

Para avaliação de permanência, o número mínimo de docentes permanentes deve ser igual ou superior a oito para o mestrado, e de dez para o doutorado. Recomenda-se a observância do número de docentes permanentes externos à IES, levando-se em conta que seja mantido no PPG, no mínimo, 70% de docentes da própria instituição e, no máximo, 30% de docentes permanentes de outras instituições. A participação de docentes permanentes vinculados a outras instituições ou áreas deverá estar justificada pela contribuição à identidade/perfil do Programa e pelo efetivo envolvimento nas atividades de docência, orientação, produção intelectual e pesquisa. Além disso, recomenda-se observância da proporção adequada entre docentes permanentes (no mínimo 70%) e colaboradores (no máximo 30%) em relação ao núcleo total de docentes do Programa, bem como a observância de participação em, no máximo, 3 Programas como docente permanente, conforme legislação em vigor. A estabilidade do corpo docente também é avaliada, por meio da comparação do número de docentes permanentes entre o primeiro e o último ano do ciclo avaliativo, a fim de evitar distorções, por exemplo, nos percentuais de avaliação da produção intelectual. Os Programas podem, sem qualquer problema e com base nos critérios de credenciamento, descredenciamento e credenciamento – além de situações específicas (ex: questões pessoais ou de excesso de atividades de gestão) – alterar a categoria de docentes a qualquer momento ao longo do quadriênio. O índice de estabilidade do corpo docente será levado em conta apenas para evitar distorções ou alterações sem quaisquer justificativas.

A área valoriza e avalia a política de interação entre Pós-graduação e Graduação, de modo a contemplar, dentre atividades de docentes permanentes, atuações com a Graduação. Essas atividades podem ser múltiplas e não excludentes, podendo incluir: docência (turmas), iniciação científica, supervisão de estágios, TCC, projeto de extensão, PIBID, PET, ou tutorias e demais modalidades. Na prática, não significa que todos os docentes devem fazer todas as atividades na graduação, mas possuir algum tipo de atuação. O fortalecimento da Graduação em termos qualitativos e de formação de pesquisadoras/es em nível de mestrado e doutorado começa, basicamente, com o

envolvimento de docentes permanentes com as atividades da Graduação. Esse é um valor altamente recomendável a ser mantido, para fins de avaliação do PPG.

## **1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino a distância**

Ainda que a Educação a Distância (EaD) tenha se desenvolvido bastante nos últimos anos no país, a experiência dessa modalidade na Pós-graduação stricto sensu ainda é recente. Na área de Filosofia, não há ainda nenhuma experiência com Programas de Pós-graduação a distância. Apesar dos avanços proporcionados pelas novas tecnologias à Educação a Distância, a área entende que a aplicação dessa modalidade deve ser tratada com cautela, assim como ocorre na Graduação. A qualidade de formação de mestres e doutores em Filosofia implica estreito relacionamento humano, incluindo locais presenciais de debate e interações de toda sorte. Nesse sentido, a modalidade EaD tende a não ser a mais adequada para a formação em nível de mestrado e doutorado em Filosofia.

Propostas de Cursos Novos devem seguir as recomendações específicas para abertura no Documento Orientador de APCN da área. Para avaliação de permanência, a discussão sobre a modalidade EaD deve ser ampliada, a fim de que a área tenha uma posição eventualmente distinta no futuro, sempre em sintonia com a legislação vigente.

## **1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional**

A área de Filosofia conta, atualmente, com apenas um mestrado profissional no CEFET-RJ na área de Ensino de Filosofia, uma vez que o Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) passou a integrar e ser avaliado pela Área 51 dos Programas Profissionais em Rede para Professores da Educação Básica (PROF/ProEB), de modo que o PROF-FILO estará submetido às concepções, documentações e avaliações produzidas pela área dos PROF/ProEB e não mais à Filosofia. Isso não implica total desconexão dos núcleos dos PROF-FILO em relação à área de Filosofia, dada a natureza e estreita vinculação, mas apenas uma questão formal e burocrática (que não deixa de ser de extrema relevância).

Entende-se que a consolidação dos mestrados profissionais voltados para a pesquisa, a produção e a formação no âmbito do ensino de Filosofia (em seus diferentes níveis, espaços e instâncias), assim como o amadurecimento de propostas de doutorado profissional na área, compreendem ações de suma importância para a referida inserção e incidência da Filosofia na Educação Básica. Contudo, outras iniciativas de pesquisa da Filosofia e formas de institucionalização de seu ensino também são valorizadas pela Coordenação de área, uma vez que a Filosofia é eminentemente formativa e a aproximação entre a Pós-graduação e os demais níveis de ensino é condição para o fortalecimento da Filosofia enquanto área de conhecimento. Nesse caso, a Coordenação considera igualmente saudável, se assim um Programa desejar e possuir perfil de docentes com produção e articulações de pesquisa compatíveis, incluir linha de pesquisa

específica sobre Ensino de Filosofia ou, ainda, estrutura curricular que tenha o tema do Ensino como transversal às linhas de pesquisa do Programa.

A Coordenação de área, em consonância com a comunidade, apoia mestrados e doutorados profissionais na área de Ensino de Filosofia, ao mesmo tempo em que apoia iniciativas adjacentes ao fortalecimento do Ensino, como a recém-criada Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil).

## **1.7 Visão da Área sobre formas associativas**

A área entende que formas associativas se apresentam como alternativa para as instituições desenvolverem pesquisas em nível de Pós-graduação, de forma a contornar problemas estruturais, com o compartilhamento de instalações e de corpo docente. Nesses termos, a Coordenação de Área se mantém aberta a reconsiderar eventuais iniciativas que envolvam tal modalidade, tal como iniciativa recente de aprovação de Programas na forma associativa.

## **1.8 A interdisciplinaridade na Área**

A interdisciplinaridade atende a uma vocação característica da Filosofia e, por isso, é objeto da política da área. Essa vocação pode ser atestada pelas fronteiras que especialidades da Filosofia compartilham com diversas áreas. É o caso da Ética e Política com o Direito e a História; da Epistemologia e da Filosofia da Natureza com áreas como a Física, as Ciências da Vida e as Ciências Humanas; da Lógica com a Matemática; da História da Filosofia com a História, a Antropologia e a Teologia; da Metafísica com a Teologia e a Física; da Filosofia da Mente com a Computação e as Neurociências, da Filosofia da Educação com o Ensino e a Educação/Pedagogia, entre outras. Muitos dos problemas e questões contemporâneas, tais como inteligência artificial, direitos humanos, bioética, ética aplicada, técnica e tecnologia, filosofia e raça, gênero, meio ambiente, dentre outros, demandam respostas interconectadas de distintas áreas do saber. Essas fronteiras compartilhadas entre saberes, além disso, impulsionam, atualmente, formas de fazer Filosofia, em que pesquisadores/as da área de filosofia constroem interlocuções mais próximas com pesquisadores/as de outras áreas, exigindo uma maneira mais ampla e conectada de pesquisa, seja por meio de grupos de trabalho, redes de pesquisa nacionais ou internacionais, associações ou sociedades, seja por meio de publicações conjuntas entre pesquisadores/as que debatem e constroem hipóteses em torno de questões comuns. Dessa forma, além de efetivar-se por meio de pesquisas e acordos interinstitucionais, a vocação interdisciplinar da Filosofia é aferível, por exemplo, pela avaliação da publicação de artigos (a relação de contribuições em revistas de outras áreas é significativa), pela quantidade crescente de coletâneas com pesquisadores/as de áreas diversas, pela participação de docentes permanentes de Programas da Filosofia em Programas de áreas afins e, sobretudo, pela participação de

docentes dos Programas em projetos e/ou Institutos de pesquisa trans-, inter- e multidisciplinares.

Em função desse contexto, a área considera frutífero o debate interdisciplinar e essas formas de se fazer Filosofia, bem como endossa a articulação de pesquisadores/as que publicam resultados de análises e discussões realizadas conjuntamente. Produções bibliográficas em coautorias, portanto, exprimem essa dinâmica natural de pesquisa, seja entre docentes e discentes, seja entre pesquisadores/as que debatem problemas que demandam respostas sintonizadas entre distintas áreas do saber. A interdisciplinaridade, portanto, é um valor a ser mantido pela área, bem como ampliada.

Propostas de cursos de mestrado ou doutorado podem apresentar as características descritas acima, seja na configuração de projetos de pesquisa, seja na dinâmica de publicações em coautoria. Além disso, caso assim desejar e tiver condições compatíveis em termos de formação e perfil docente, publicação e articulação com grupos e redes de pesquisa, nada impede que um Programa estruture ou monte uma linha de pesquisa específica com características eminentemente interdisciplinares, ou ainda, que reestruture suas linhas de pesquisa existentes a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Ressalva-se, entretanto, que a prática interdisciplinar de pesquisa em Filosofia nas propostas apresentadas e nos cursos de mestrado e doutorado já existentes, não descaracterize a área de concentração nas respectivas propostas (quando apresentadas à Área de Filosofia), evitando propostas com características exclusivamente interdisciplinares, ao ponto de não poderem ser avaliadas pela Área de Filosofia, seja na entrada ou na permanência dos cursos.

## 2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

### 2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

A área não deve perder de vista a natureza e objetivo mais fundamental de uma Pós-graduação: a formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado (acadêmico e profissional), primando pela qualidade na formação de discentes – especialmente na qualidade de dissertações e teses – ao mesmo tempo em que se criam condições adequadas para a inserção de egressos em distintas atividades, mas especialmente vinculadas ao ensino em diferentes níveis, como é o caso da Filosofia. Dessa forma, continuar não apenas avaliando, mas avaliando melhor em termos qualitativos, é um passo importante que a área projeta para o quadriênio 2025-2028 em se tratando de Formação.

As práticas de autoavaliação em relação à Formação e Produção Intelectual deverão ser mobilizadas como habituais e constantes no Programa, visto que as coordenações e suas respectivas comissões de autoavaliação deverão refletir, em conjunto com seu colegiado, sobre produtos, atividades e processos mais representativos, em termos qualitativos, daquilo que foi realizado e produzido por docentes, discentes e egressos. E por um motivo simples: no quadriênio 2025-2028, a área de Filosofia passa a avaliar e classificar apenas o que é “destaque”. Nesse sentido, a área continua a valorizar distintas práticas tradicionais e inovadoras de formação de mestres e doutores – seja em relação à estrutura curricular, seja em relação aos critérios de formação de bancas de qualificação e defesa, dentre outros – somado a um olhar mais qualitativo direcionado para dissertações e teses produzidas na área, bem como o destino e atuação dos egressos e a produção intelectual de discentes e egressos.

Nesse sentido, o ciclo avaliativo 2025-2028 intensifica a avaliação por “destaques”, conjugando economia de princípios e esforços mais direcionados àquilo que cada Programa, por meio de sua autoavaliação, considera como mais representativo, em termos qualitativos, do que se produziu ao longo do quadriênio. Se desde o ciclo 2017-2020 o olhar mais qualitativo já havia sido introduzido nos produtos e processos, o quadriênio 2025-2028 endossa e intensifica a avaliação qualitativa para a maioria dos indicadores de Formação.

Uma premissa basilar na avaliação do horizonte da Formação de discentes e egressos e docentes permanentes, em primeiro lugar, é a tese da aderência, ou seja, produtos e processos da Formação organicamente relacionados à identidade/perfil do Programa, área de concentração, linhas e projetos de pesquisa. O critério da aderência deve abranger dissertações e teses, aspectos formativos da estrutura curricular, produção intelectual e atividades acadêmicas, e relevância da inserção e destino de egressos, relativamente aos objetivos de formação propostos por cada PPG.

Uma atenção a mais, em segundo lugar, é direcionada para o fato de que todos/as os/as discentes e egressos do Programa, sem exceção, devem estar vinculados/as a um projeto de pesquisa de docente permanente (ou a um projeto “guarda-chuva” do Programa, como é o caso por vezes), assim como os produtos (dissertações, teses, artigos, livros e PTT) produzidos por eles/as. A área já realiza a vinculação em grande medida, mas ainda temos algumas distorções nesse sentido. Isso não implica que discentes e egressos devem se engessar em relação ao projeto ao qual estão vinculados/as, no sentido de produzirem e realizarem atividades que estejam exclusivamente aderentes ao projeto. Quaisquer discentes, egressos e obviamente docentes podem realizar atividades e publicar produtos que lhes forem convenientes e adequados, visto que a autonomia de pesquisa deve sempre estar garantida. A escolha de produtos, atividades e processos mais bem representativos em termos qualitativos, porém, é que deve estar em sintonia com um projeto de pesquisa, bem como à identidade/perfil do PPG, área de concentração e linha de pesquisa. Nesses termos, a publicação em coautoria entre docentes e discentes não deve ser vista como um desvio ou caso atípico na área de Filosofia, mas, ao contrário, como desdobramento natural de uma atividade de pesquisa realizada em grupos e núcleos de pesquisa, a partir de orientações ou trabalhos coletivos etc.

Um terceiro aspecto relevante para o ciclo 2025-2028 é o salto qualitativo dado pela área, a propósito da avaliação de produtos, atividades e processos que envolvem o quesito Formação e Produção Intelectual. Ao privilegiar os destaques realizados pelos Programas por meio de autoavaliação, a área concentra esforços em torno de produtos de maior relevância e mais representativos dos PPG, em detrimento de uma avaliação global e mais quantitativa, mas em proveito de um foco mais qualitativo do que é realizado em cada Programa. A avaliação por amostragem ou “destaques” abre condições para que os Programas indiquem o que pode ter maior aderência social ou impacto, sempre em sintonia com sua identidade/perfil.

A avaliação dos destaques engloba todos os indicadores do quesito Formação, e que devem ser inseridos no campo respectivo do Módulo de Destaques da Plataforma Sucupira:

- a) **Qualidade das dissertações e teses.** A área privilegia o princípio da aderência e qualidade da composição das bancas, assim como avaliação do percentual de dissertações e teses de maior relevância qualitativa indicadas pelos Programas no Módulo Destaque da Plataforma Sucupira. Programas apenas com curso de mestrado destacam 5% das suas dissertações (observando o número mínimo de 2 indicações), e Programas com curso de mestrado e doutorado destacam também 5% de dissertações e teses (igualmente observando o mínimo de 2 indicações).
- b) **Destino e atuação de egressos.** É fundamental que cada Programa encontre estratégias de acompanhamento dos egressos, a fim de monitorar seu destino e

sua atuação, de modo que cada PPG tenha melhores condições de escolher os casos mais representativos e relevantes para destacar. Trata-se certamente de uma atividade que não deve ficar à cargo apenas das coordenações e comissões internas de autoavaliação, mas como explicamos anteriormente, essa estratégia de acompanhamento deve ganhar o caráter cada vez mais institucionalizado, de modo que as coordenações possam trocar informações com suas respectivas Pró-reitorias ou equivalentes, que por sua vez, precisam exercer um papel mais proativo de acompanhamento. Em termos práticos, cada Programa deverá destacar os casos de egressos que tenham atingido destacada posição, com respectiva justificativa capaz de demonstrar as razões para tal escolha, considerando 10% de seus egressos (Mestrado e/ou Doutorado), respeitando o mínimo de 2 indicações e o máximo de 12 indicações, a depender do tamanho e do tempo de funcionamento do Programa relativamente aos últimos três ciclos avaliativos. A opção pelo percentual de destaque se justifica em função da idade e do quantitativo distintos de egressos dos Programas. Para auxiliar os PPG na escolha e elaboração das justificativas dos destaques de egressos, segue um quadro sinóptico com alguns exemplos de atuação destacada na área de Filosofia: Atuação profissional ou acadêmica em instituições de ensino ou pesquisa (considera-se também a atuação no Ensino Básico); Atuação em empresa/instituição dos setores produtivos, do poder público e de prestação de serviços; Produção intelectual (bibliográfica, técnica e tecnológica) de destaque na área; Atuação como professor ou pesquisador visitante em outras Instituições; Formação continuada de estágio pós-doutoral, em instituição distinta daquela que o egresso se titulou no doutorado; Prêmios, captação de financiamentos e distinções recebidas; Atuação como conferencista ou palestrante em eventos de referência na área; Participação em comissões/comitês/assessorias em políticas públicas; Participação em órgãos de gestão de classe e associações científicas; Posições de liderança na administração pública ou na sociedade civil; Atuação como editor ou membro de conselho editorial de periódicos científicos; Formação continuada em nível de doutorado (se egressos de mestrado). Esse quadro sinóptico não é mais do que exemplos, e outras situações poderiam figurar nele, sobretudo por conta de situações disruptivas que também são positivamente avaliadas pela área. Além disso, o quadro sinóptico também circunscreve as linhas gerais do perfil desejado do egresso na área: formação de mestres e doutores qualificados para a pesquisa em torno de distintos espectros teóricos, independentes intelectualmente e capazes de assumir atividades profissionais em diferentes níveis do ensino e setores da sociedade.

- c) **Avaliação da produção intelectual de discentes e egressos.** O debate sobre a influência produtivista em discentes é antigo na área e sem um consenso firmado sobre o tema. Essa Coordenação de área considera que cada discente pode trilhar o caminho que bem entender em relação ao que produz e à sua quantidade, ao mesmo tempo em que cada Programa é autônomo para definir suas estratégias de

articulação com discentes e egressos e suas publicações. São válidos os argumentos favoráveis e contrários sobre a obrigação em publicar. Para o ciclo 2025-2028, porém, a área optou por um indicador que conjuga avaliação quantitativa e qualitativa. Quantitativa, por um lado, na medida em que capta o percentual de discentes autores (independentemente da quantidade que cada discente e egresso publicou) ao longo do quadriênio. Mas também qualitativa, por outro lado, na medida em que cada PPG deve destacar 5% da produção intelectual de discentes e egressos (artigos em periódicos, livros ou PTT), sendo o número de produtos indicados não inferior a 2 produtos. A análise de destaques possibilita um olhar mais qualitativo do produto, tanto por meio da justificativa de cada destaque, quanto também pelas características diretas e indiretas de qualidade do produto. O conceito final do indicador deve exprimir a avaliação conjugada da etapa quantitativa e qualitativa.

- d) **Produção intelectual e atividades de docentes permanentes.** Outro passo importante da área para o quadriênio 2025-2028 é reunir esforços para concentrar a avaliação nos destaques de docentes e do Programa como um todo, bem como especificar a distribuição equilibrada das atividades de docentes na Pós-graduação em um indicador específico. Espera-se que a produção intelectual qualitativamente mais relevante e para além da geração de um mero número, possa se desdobrar em impacto na sociedade de maneira mais direta em distintas direções, conforme veremos adiante no quadro sinóptico de impacto. Ao longo das discussões com a área, a Coordenação de área levantou dados relativos ao quadriênio 2017-2020 para subsidiar a decisão de se concentrar na avaliação de destaques. O objetivo desses dados era demonstrar que a média geral de pontuação da avaliação total da produção intelectual se assemelhava, sem maiores alterações, à média de pontuação da produção destacada dos docentes permanentes. Isso significa, na prática, que a amostragem reduzida para a avaliação sob a forma de “destaques” retorna o valor aproximado (em termos percentuais dos produtos e pesos) da avaliação total dos produtos. Ainda que essa hipótese já seja antiga e denominada de Teorema do Limite Central em estatística, o trabalho de explicação e discussão com a área é relevante para termos tranquilidade no passo avaliativo em que se recorta apenas o que é mais relevante qualitativamente. Com base nisso, a área leva adiante a avaliação de até quatro (4) produtos de docentes permanentes ao longo do quadriênio (artigo, livro e PTT), destaques de até 15 produtos mais significativos do Programa como um todo (a depender do número de docentes permanentes) e, por fim, percentual de distribuição no corpo docente permanente das atividades de turmas, projeto, produção intelectual, orientação e vínculo com a graduação.

Com a intensificação da avaliação por destaques, a área de Filosofia acompanha a tendência geral da CAPES de, gradativamente, avaliar casos significativos e qualitativamente mais relevantes da formação e da produção intelectual. Se por um lado, é verdade que o quantitativo da produção intelectual cresceu na área de Filosofia na

mesma medida do crescimento de Programas, um olhar mais qualitativo dessa produção, por outro lado, deve se desdobrar, assim se espera, em uma melhoria dessa produção na sociedade em distintas direções.

## 2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

Avaliar bem a produção destacada da área inclui alguns produtos que já são tradicionalmente considerados como parte integrante da atividade do corpo docente e discente. Nesse sentido, a área mantém a avaliação e classificação da produção de artigos publicados em periódicos, os produtos “livro” (livro autoral, coletâneas, capítulos e verbetes) e produtos técnico-tecnológicos (PTT). Ao privilegiar um aspecto mais qualitativo dos produtos destacados, a área prioriza o que possui mais relevância, em detrimento do assim denominado “produtivismo”, mas em proveito da ampliação de potenciais impactos da produção intelectual de docentes permanentes e Programas.

A produção intelectual de discentes e docentes pode ser relativizada, nas seguintes situações. Para o caso de **discentes**: a) licença maternidade, licença paternidade; b) licença médica superior a 30 dias; c) trancamento parcial justificado segundo os Regimentos/Regulamentos de cada Programa; d) desligamento do curso; e) conversão direta do mestrado para o doutorado. Para o caso de **docentes permanentes**: a) licença parental (até 4 anos para mulheres e até 2 anos para homens, sendo que o período pode ter iniciado no ciclo 2021-2024 e se estender para o ciclo 2025-2028, assim como iniciar no ciclo 2025-2028 e se estender ao próximo); b) licença médica superior a 30 dias; c) docentes que participam de atividades de formação e pesquisa (65 anos ou mais); d) docentes em atividades de gestão acadêmica (quaisquer instâncias superiores a Departamentos, Programas e Cursos). Nas situações acima, o Programa, se assim desejar, pode solicitar a retirada de discentes e docentes da avaliação da produção intelectual, via **anexo específico** da Ficha de Avaliação, de modo que se considera a produção intelectual realizada eventualmente em tais situações, mas não contabiliza discentes e docentes no respectivo quantitativo total.

As fichas e produtos de classificação estão descritos a seguir.

### 2.2.1 CLASSIFICAÇÃO DE ARTIGOS

Para o quadriênio 2025-2028, uma das etapas da avaliação dos PPG, terá uma nova sistemática de classificação de artigos. O principal conceito dessa mudança consiste em focar na classificação do artigo e não apenas do veículo onde ele é publicado. Na prática, trata-se de esforços para avaliação do produto artigo para além do *proxy* dos periódicos. Os três níveis ou procedimentos encaminhados pela DAV/CAPES são os seguintes:

- Procedimento 1: Classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico (metodologia estatística que preserva os preceitos da metodologia atual). No caso da filosofia, empregamos o h5 do Google Scholar;
- Procedimento 2: a) Classificação do artigo por indicadores bibliométricos diretos de citação; b) Classificação do artigo por critérios qualitativos do periódico;
- Procedimento 3: Análise qualitativa de artigos, baseada em fatores e metodologias definidos pela área.

A partir dos procedimentos acima, as áreas têm autonomia para utilizar qualquer procedimento e suas combinações.

Após detalhado debate com as coordenações de Programa e, posteriormente, em comissão específica, a área deliberou que é vantajosa o uso diversificado dos procedimentos. A razão para tal decisão é porque a conjugação do procedimento 1 e procedimento 2 reproduz o procedimento de classificação que já empregamos na quadrienal 2017-2020 e 2021-2024, e que se caracteriza pela conjugação quali-quantitativa, conjugando o índice bibliométrico “h5” do Google Scholar<sup>5</sup> (avaliação quantitativa) com as qualidades editoriais indispensáveis de um periódico da área (avaliação qualitativa do trabalho editorial no periódico) e, se for o caso, com citação já recebida pelo artigo. Nessa conjugação, precisamos ter em mente um peso diferenciado para a consequente valorização dos periódicos nacionais, em função das indexações. Nesse sentido, a área opta pela combinação quali-quantitativa para classificar os artigos destacados de docentes permanentes, especialmente em função da economia de processos em vista da exequibilidade do procedimento no momento da avaliação efetivamente.

Em termos específicos, a **classificação dos artigos** é a seguinte:

- Avaliação dos artigos destacados por docentes permanentes (indicador 2.4.1. da ficha dos Programas Acadêmicos e Profissionais). A partir da estratificação dos artigos em periódicos nacionais (editados no Brasil) e outra em periódicos globais (editados no restante dos países) que compõem as publicações da área de Filosofia, e mensuradas por meio do h5 do Google Scholar (avaliação quantitativa), combina-se, além disso, a qualidade editorial do periódico (avaliação qualitativa) e eventuais citações recebidas dos artigos, podendo-se ou não alterar o estrato do artigo, a depender da qualidade editorial e citações. Assim, o resultado quantitativo da estratificação é apenas o primeiro balizador da avaliação, devendo-se equalizar com o aspecto qualitativo a fim de definir o estrato final do artigo.

A estratificação dos artigos a partir dos percentis, com respectivos pesos é a seguinte:

---

<sup>5</sup> Alternativamente ao h5 do Google Scholar, pode ser utilizado outro índice bibliométrico que seja mais adequado e/ou mais preciso, desde que esteja vigente ou venha a existir no momento da avaliação.

Percentil, estrato e pontos		
Percentil	Estrato	Pontos
0,875-1	A1	100
0,75-0,875	A2	85
0,625-0,75	A3	75
0,5-0,625	A4	65
0,375-0,5	A5	55
0,25-0,375	A6	40
0,125-0,25	A7	25
0-0,125	A8	10

São considerados para avaliação os artigos cujos periódicos possuem boas práticas editoriais<sup>6</sup>, tais como as listadas a seguir:

### Boas práticas editoriais

- gratuidade na publicação e acesso imediato ao conteúdo, bem como licença correspondente e adequada a esse tipo de prática (ex: Creative Commons Attribution, CC BY);
- uso de repositórios com acesso aberto de dados, bem como plataformas igualmente abertas para hospedagem dos periódicos (ex: Open Journal System – OJS);
- ênfase no fluxo de avaliação dos artigos por meio do procedimento de avaliação por pares;
- transparência nos dados da pesquisa que forneça as condições para reconstrução de hipóteses pela comunidade de pesquisadores/as (ex: referência genuína de textos e honesta revisão bibliográfica, evitando reiteradas práticas de autocitação),
- informação adequada sobre o tempo de fluxo do processo editorial, desde submissão até publicação;
- promoção da participação e publicação de diferentes grupos sociais na pesquisa, incluindo a colaboração/publicação no periódico de pesquisadores/as (discentes, docentes etc.) de diferentes origens, gêneros e idades;

---

<sup>6</sup> Sugere-se que editores adequem seus periódicos, inspirando-se em alguns bons manuais que a área recomenda sobre boas práticas editoriais (lista, obviamente, não exaustiva):

- Guia de Boas Práticas para o Fortalecimento da Ética na Publicação Científica: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Fortalecimento-da-Etica-na-Publicacao-Cientifica.pdf>;

- SciELO. Guide to promoting the opening, transparency, and reproducibility of research published by SciELO journals: [https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia\\_TOP\\_en.pdf](https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_TOP_en.pdf);

- Principles of Transparency and Good Practice in Academic Publications” recommended by the Committee on Publication Ethics (COPE): [www.publicationethics.org](http://www.publicationethics.org);

- Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/relatorio-comissao--integridade-do-cnpq.pdf>

- FAPESP. Code of good scientific practice: [https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Code\\_of\\_Good\\_Scientific\\_Practice.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Code_of_Good_Scientific_Practice.pdf).

- g) informação explícita sobre política de conflitos de interesse;
- h) informação sobre detecção de plágio e uso de Inteligência Artificial.

### **Critérios qualitativos do trabalho editorial:**

- a) Tempo de existência e maturidade do periódico com publicações ininterruptas
  - Consolidados: com pelo menos 10 anos de existência e publicação contínua;
  - Em Processo de Consolidação: entre 5 e 10 anos de existência e publicação contínua;
  - Não Consolidados: com menos de 5 anos de existência e publicação contínua.

- b) Indexações

É preciso reconhecer e valorizar que indexações são peça chave para a qualidade editorial de um periódico acadêmico. Assim, reconhece-se que indexadores como Scielo, Web of Science e Scopus são bases consistentes que garantem a qualidade do periódico. Periódicos da área indexados em uma ou mais dessas três bases de dados, portanto, devem ter o devido reconhecimento no critério de qualidade do trabalho editorial.

Para periódicos que ainda não estão indexados nas três bases acima, consideram-se também qualitativamente importantes para a área de Filosofia as seguintes indexações: RedALyC, DOAJ, Latindex, Dialnet, Diadorim, Miguilim, Capes Periódicos, Erih Plus, The Philosopher's Index.

Dessa forma, serão reconhecidos para fins critério de qualidade do trabalho editorial, além das bases Scielo, Web of Science e Scopus, os periódicos que estejam indexados em ao menos 3 dessas bases (RedALyC, DOAJ, Latindex, Dialnet, Diadorim, Miguilim, Capes Periódicos, Erih Plus e Philosopher's Index).

- c) Periodicidade e regularidade (não deve haver lacunas de publicação).
- d) Endogenia (o periódico não deve publicar mais do que 20% de artigos da própria instituição que hospeda a revista, anualmente).
- e) e) Todos os artigos devem possuir DOI e autores/as ORCID.

Boas práticas na qualidade do trabalho editorial devem ser balizadoras para nossos periódicos. O objetivo da manutenção e indução das boas práticas têm por objetivo monitorar especialmente periódicos predatórios. Nesse sentido, a área não considera artigos para classificação publicados em:

- a) não periódicos (Jornais ou Magazines);
- b) periódicos que não possuem boas práticas editoriais;
- c) materiais não inéditos ou já publicados em outros veículos bibliográficos (ex: livro);
- d) Periódicos predatórios.

O artigo que se enquadra nas situações acima, serão classificados como C.

Recomenda-se que a operacionalização dos critérios qualitativos do trabalho editorial possa ser realizada, por exemplo, via ficha/tabela qualitativa, em que se atribuem uma pontuação para cada critério avaliado. A ficha qualitativa para avaliar o trabalho editorial pode, inclusive, estabelecer hierarquia entre esses critérios, como por exemplo, pontuar mais um periódico bem indexado ou com maior tempo de existência. Um exemplo possível que pode ser utilizado, é o seguinte:

Ficha Qualitativa de Avaliação do Trabalho Editorial <sup>7</sup>			
Critério	Indicador	Exemplo de Pontuação	Pontos recebidos após avaliação
Tempo de Existência	Pelo menos 10 anos	30	
	Pelo menos 5 anos	20	
	Menos de 5 anos	10	
Indexações	O periódico está pelo menos em alguma dessas bases? Scielo, Scopus, Web of Science	25	
	RedALyC, DOAJ, Latindex, Dialnet, Diadorim, Miguilim, Capes Periódicos, Erih Plus, The Philosopher's Index	10	
Periodicidade e Regularidade?	Sim	25	
	Não	0	
Periódico Endógeno?	Sim	0	
	Não	10	
Todos os artigos publicados possuem DOI? Todos/as autores/as possuem ORCID?	Sim	10	
	Não	0	
Total de pontos para qualidade do trabalho editorial			

A inserção do procedimento 3 de avaliação dos artigos, além disso, é inovadora na área e deverá ser realizada apenas nos destaques dos Programas, em função do número mais reduzido de produtos a serem avaliados e classificados, garantindo a exequibilidade do procedimento. Em outros termos, trata-se de avaliação da qualidade do artigo destacado pelo Programa como mais representativo dentre suas melhores produções, por meio da justificativa do artigo, uma vez que o artigo integral já foi submetido à avaliação nos respectivos periódicos. A preocupação mais comum da área no debate em torno do

<sup>7</sup> Essa tabela qualitativa é um mero exemplo de operacionalização de procedimentos avaliativos. Cabe à área, na ocasião da avaliação, deliberar pelo melhor procedimento a ser encaminhado com base nos critérios estabelecidos.

terceiro procedimento (3) foi lidar com uma parcela ainda persistente de subjetivismo, aspecto que deverá ser seriamente considerado durante a avaliação. Para dirimir tal aspecto na análise dos artigos destacados dos Programas, precisamos ter condições de construir um quadro sinóptico ou repertório de fatores que sejam considerados qualitativamente relevantes para a área, para além da mera somatória de pontos dos estratos dos artigos. Esse repertório deve exprimir aquilo que queremos e consideramos como relevantes em termos de qualidade. Essa construção deve ser coletiva entre nós, a fim de ser empregada na avaliação quadrienal de 2029. A área teria os próximos anos para amadurecer esse repertório.

Para iniciarmos a conversa, segue um exemplo desse quadro sinóptico ou repertório (cujos fatores podem ser alterados, excluídos, acrescentados outros, ou ainda definidas hierarquias de importância aos fatores abaixo, a depender do que a área considerar importante).

As produções intelectuais na forma de artigo e mais representativas dos Programas serão avaliadas indiretamente em sua qualidade, por meio da justificativa de cada produto destacado, considerando os seguintes fatores:

a) **Condição obrigatória na justificativa:** Justificativa da aderência da produção, na direção da sua adequação à identidade/perfil do Programa, área de concentração, linha de pesquisa e projeto de pesquisa.

b) **Além do fator “a”, condição combinada na justificativa,** podendo englobar os seguintes fatores:

- 1 explicação sobre em que medida o produto exprime avanço das fronteiras do conhecimento na temática em questão;
- 2 recorte temático que valoriza problemas e questões pouco estudados e preenchem lacunas de conhecimento;
- 3 inovações em termos metodológicos e de processos que expliquem o avanço da pesquisa na temática em questão;
- 4 diálogo estratégico de áreas lacunares com o conhecimento científico nacional e internacional;
- 5 produção capaz de exprimir o incremento de novas tecnologias sociais (ex: extensão), culturais, educacionais, ambientais etc;
- 6 citações recebidas no produto (aferidas via Google Scholar);
- 7 produto que resultou: ou de apresentação em evento de relevância, ou de debate em repositórios pré-print ou debates e comentários diretos em periódicos que qualificam o processo de produção do produto; ou de grupos de pesquisa, em rede ou não, devidamente cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq;
- 8 premiações ou distinções recebidas;
- 9 formação de grupos de pesquisa em rede ou interdisciplinares nacional ou internacional aos quais o produto está vinculado;

- 10 desdobramento acadêmico do produto no âmbito da formação de recursos humanos, cuja pesquisa continuou por meio de formação de novos mestres e doutores (da área de Filosofia ou outras);
- 11 desenvolvimento de políticas públicas;
- 12 geração de debates públicos relevantes em torno de questões políticas, econômicas, ambientais, raciais, culturais, dentre outras;
- 13 diálogo com outros setores da sociedade;
- 14 geração de material didático relevante;
- 15 tradução que preenche lacuna importante para a área, em função da ausência do texto em língua portuguesa;
- 16 pesquisa cujo projeto possui financiamento ou cujo projeto foi aprovado no mérito por agências de fomento (tais como financiamentos internacionais, CAPES, CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa Estadual ou Municipal e equivalentes, INEP, MEC; ou instituições privadas, tais como editoras, fundações e equivalentes) mas não obteve financiamento, e/ou envolve parcerias com instituições de outros países, estados ou da mesma região etc.

A partir da leitura da justificativa do artigo, podemos empregar metodologia qualitativa numérica e imputarmos um conceito ao artigo (MB, B, R, F, I), por meio da combinação de fatores qualitativos que qualificam o artigo:

### **Metodologia qualitativa de avaliação da justificativa do artigo: numérica**

**Observação 1:** o produto destacado que não preenche a condição obrigatória da alínea “a” não deve obter conceito maior que B.

**Observação 2:** a metodologia qualitativa empregada para avaliar a combinação de fatores da alínea “b” é de natureza numérica, sob os seguintes critérios:

- MB: a justificativa do produto engloba mais de 50% dos fatores;
- B: a justificativa do produto engloba entre 30 e 49% dos fatores;
- R: a justificativa do produto engloba entre 20 e 29% dos fatores;
- F: a justificativa do produto engloba entre 1 e 19% dos fatores;
- I: a justificativa do produto não demonstra englobar fatores qualitativos.

O exemplo acima tem caráter preliminar, a fim de iniciar o debate com a Área. Cabe a nós levarmos adiante esse repertório de fatores, a fim de ajustarmos qualitativamente o que consideramos relevante nos artigos. O exemplo acima espelha a maneira como avaliamos os livros, ou seja, tanto aspectos diretos quanto indiretos de qualidade, além dos aspectos formais. Com o fim de uma lista pública de periódicos que a CAPES publicava – o que se denominava de Qualis Periódicos –, vale a pena darmos um passo mais seguro na direção do que já fazemos em termos de procedimentos avaliativos – a conjugação quali-quantitativa do periódico e seu proxy –, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para uma avaliação qualitativa de artigos para além do proxy.

Ainda sobre a qualidade editorial do periódico, a área deve valorizar e profissionalizar o trabalho editorial dos periódicos de Filosofia, ao mesmo tempo em que é preciso levarmos em conta as dificuldades de financiamento dos periódicos nacionais. Os debates em GTs e com as coordenações de Programas da área mostraram que a valorização dos periódicos nacionais é tanto estratégica quanto demandante de financiamento. Trata-se de uma questão que, obviamente, não depende apenas das áreas, mas sim de perspectiva de política pública da principal agência de indução, avaliação e fomento da pesquisa e Pós-graduação nacional: a CAPES. É preciso reconhecer e endossar que a competitividade de divulgação da pesquisa nacional está diretamente relacionada a financiamento, e no caso dos periódicos, trata-se desde aspectos básicos – como apoio à atividade editorial como correção gramatical e diagramação –, passando pelo apoio da institucionalização e suporte de plataformas dinâmicas de editoração (como o XML), até a publicação seja em português ou língua estrangeira. Na medida em que os periódicos da área continuam, virtuosamente, na modalidade de publicação e disponibilização de artigos gratuitamente – a denominação de “diamante” –, o processo de profissionalização da atividade editorial tem de ser acompanhado por claro financiamento público. Cabe à área, nesse sentido, valorizar os periódicos nacionais em função das suas especificidades. Isso não significa que devemos publicar apenas em periódicos nacionais, em detrimento dos estrangeiros. Esta Coordenação de área se refere a uma questão de política pública que deve ser estratégica para divulgação da pesquisa nacional, com vistas a maior competitividade dos nossos periódicos.

### 2.2.2 CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A área mantém a avaliação de produtos “Livro” (obra autoral, coletâneas, capítulos e verbetes) tal como vem fazendo usualmente, com a diferença que passamos igualmente a avaliar *apenas destaques*, nesse caso, tanto de docentes permanentes como do Programa. Trata-se de produtos que são relevantes e valorizados tradicionalmente pela área, seja na forma de livro autoral, seja na forma de coletâneas, portanto publicações que exercem papel formativo importante na área. Os livros destacados por docentes permanentes e por Programas serão objeto de avaliação, percorrendo os três quesitos de classificação da Plataforma Sucupira, além da aderência: Quesito 1: Características formais das obras; Quesito 2: Avaliação indireta de qualidade; Quesito 3: Avaliação direta de qualidade (leitura integral do texto). Para esse procedimento, a anexação do arquivo em PDF ou link aberto na Plataforma Sucupira é exigência básica. Espera-se uma melhora na operacionalidade da avaliação de livros, na medida em que direcionamos esforços para delimitarmos a avaliação apenas no que é autoavaliado por cada PPG como qualitativamente relevante e representativo das melhores publicações.

A ficha de classificação de livros, tal como consta na Plataforma Sucupira, será mantida sem alteração. Trata-se de uma ficha qualitativa em que se atribui pontuação

para cada fator avaliado, a fim de definir o estrato do produto livro por meio da somatória de pontos recebidos pelo produto. A ficha é a seguinte:

### Aderência

Item	Indicadores
ADERÊNCIA DA OBRA À ÁREA DE AVALIAÇÃO E AO PERFIL INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO DO PROGRAMA	Sim
	Não

### QUESITO 1: CARACTERÍSTICAS FORMAIS DA OBRA

Item	Indicadores
Idioma	Idioma Nacional
	Idioma Estrangeiro
	Publicação Multilíngue
Tipo de Editora	Editora Brasileira Comercial
	Editora Estrangeira Comercial
	Editora Universitária
	Editora Universitária Brasileira
	Editora Universitária Estrangeira
	IES do Programa
	Instituição Científica
	Outra
Financiamento	Programa
	Agência de Fomento Internacional
	Agência de Fomento Nacional
	Associação Científica e/ou Profissional
	Editais de Fomento
	Outro
	Parceria com Organização
Conselho Editorial	Própria Editora
	Membros Internacionais
	Membros Nacionais
	Não se aplica
Informações Sobre Autores	Outra
	NÃO
Índice Remissivo	SIM
	NÃO
Parecer e Revisão por Pares	SIM
	NÃO

## QUESITO 2: AVALIAÇÃO INDIRETA DE QUALIDADE

Item	Indicadores
Natureza do texto	Obra autoral que envolve a sistematização de resultados de um programa de pesquisa conduzido pelo próprio autor, fruto de sua trajetória profissional
	Coletâneas organizadas resultantes de pesquisas afins e grupos de pesquisas em rede
	Relato e discussão de programas de pesquisas multicêntricas (envolvendo redes amplas de pesquisadores)
	Relatos e discussões de projetos específicos de pesquisa
	Apresentação e discussão de proposição teórica ou metodológica original
	Texto de revisão ou de discussão da literatura de um tema ou uma área
	Ensaaios que expressam pontos de vista do autor sobre assuntos relevantes para a área
	Obras traduzidas de outros idiomas que mantenham aderência às linhas de pesquisas e projetos dos docentes
	Sistematização de conhecimentos disponíveis (livro texto para o ensino de graduação e pós-graduação), com claro embasamento em pesquisa científica e elevada qualidade didática
	Sistematização de conhecimentos disponíveis (livro texto para o ensino de graduação ou ensino médio), sem relação direta com pesquisa realizada mas com boa qualidade didática
	Sistematização de conhecimentos disponíveis (livro texto para o ensino de graduação ou ensino médio), sem relação direta com pesquisa realizada e menor qualidade didática
	Texto de difusão de conhecimentos da área
	Relato de experiência(s) profissional(is) sem característica de investigação
	Outra (especificar):
Leitor preferencial	Obras acadêmicas destinadas a alunos da graduação e pós-graduação
	Obras acadêmicas destinadas a pesquisadores, docentes e especialistas da área e áreas afins
	Obras destinadas ao público em geral
	Outros (especificar):
Origem da obra	Originada de grupos interinstitucionais de pesquisa

Item	Indicadores
	Originada de grupos ou redes de pesquisa internacionais
	Originada de outros grupos ou redes de pesquisa nacionais
	Originada de grupos ou redes de pesquisa internas ao programa
	Não envolve grupos ou rede de pesquisa

### QUESITO 3: AVALIAÇÃO DIRETA DE QUALIDADE

Item	Indicadores
Avaliação Substantiva	Parecer do(s) consultor(es) que examinaram a obra: inovação
	Parecer do(s) consultor(es) que examinaram a obra: relevância
	Parecer do(s) consultor(es) que examinaram a obra: impacto

### PONTOS ADICIONAIS

Item	Indicadores
Premiação	Instituição Internacional
	Instituição Nacional
	Não se aplica
Indicação como Obra de Referência	Instituição Internacional
	Instituição Nacional
	Não se aplica
Tradução da obra para outros idiomas	NÃO
	SIM

Da mesma maneira, as estratificações permanecem como as usuais na área, a fim de distinguirmos os níveis qualitativos dos produtos (L1 até L5, C1 até C5 etc.).

Em relação aos livros, a área deve evitar coletâneas endógenas e/ou textos publicados em editoras predatórias sem maiores preocupações editoriais, como por exemplo, sem pareceres ou revisão por pares especialistas ou sem consistente corpo editorial. Na medida em que os esforços devem se voltar à avaliação e classificação do que é relevante, a mesma regra vale para os encaminhamentos qualitativos da produção e publicação de livros na área. Continuam sendo valorizados, portanto, bons trabalhos editoriais e com consistência de atividade de pesquisa, inclusive traduções de obras importantes que preenchem lacunas em língua portuguesa. Com a avaliação por

destaques, sugere-se vivamente que traduções relevantes (entenda-se aqui de obras inteiras importantes e inéditas) sejam inseridas justamente como “destaque” de docente permanente e/ou do Programa. Isso vale também para obras didáticas e/ou voltadas ao Ensino de Filosofia, além do que já é reconhecido usualmente por nós: a obra autoral.

### 2.2.3 CLASSIFICAÇÃO DE PTT

O ciclo avaliativo 2017-2020 inseriu a avaliação de PTT pela primeira vez na área. Essa Coordenação de área considera a inserção como relevante, a fim de construirmos máxima aderência possível às práticas e atividades realizadas por docentes permanentes no interior dos Programas. Ao longo das discussões com a área, a Coordenação mostrou que o peso percentual dos PTT – incluindo média de total de produtos em absoluto somado com seu respectivo peso em pontos – não é maior do que 12% (artigos e livros giram em torno de 45% do peso de produtos e pontuação). A vantagem, entretanto, é reconhecer que distintas atividades técnicas são fundamentais e imprescindíveis para a área, e que de modo algum devem ser desvalorizadas. As atividades técnicas estão diretamente relacionadas também com a qualidade da produção intelectual da área, como por exemplo, a qualidade editorial de um periódico. O trabalho editorial é decisivo, normalmente realizado sem financiamento ou estrutura física, administrativa e de recursos humanos, além de raramente o Editor-chefe do periódico receber liberação de carga horária para a atividade. Ato contínuo, atividades de avaliação e pareceres duplo-cego de artigos e outras demandas da área são igualmente fundamentais e tomam um significativo tempo de cada docente, ao mesmo tempo em que se trata de uma atividade que contribui diretamente para a qualidade dos artigos publicados pela área. A realização de um evento, editoração e organização de uma coletânea e, mais recentemente, iniciativas vinculadas à popularização da ciência e de debates abertos (como podcast, canais de YouTube etc.) também são relevantes para a área. Iniciativas como essas são importantes para que a área de Filosofia possa melhorar a sua comunicação com a sociedade em geral, evitando o “encastelamento” da universidade para longe da sociedade. Tais iniciativas devem ser valorizadas e espera-se que possamos valorizar ainda mais os PTT e articulá-los na avaliação a partir do seu devido valor no cotidiano da comunidade filosófica.

Para o ciclo 2025-2028, em se tratando da ficha de PTT, houve apenas uma alteração tanto para Programas acadêmicos quanto profissionais. No caso dos acadêmicos, a inclusão do Relatório Técnico; e para os profissionais, a inclusão de Marco Regulatório. A estratificação permanece também a mesma: T1 até T5.

As fichas de PTT para Programas acadêmicos e profissionais são as seguintes:

Ficha de PTT dos Programas Acadêmicos	
Nome do Produto Técnico-Tecnológico	Descrição
<b>1. Produto técnico-bibliográfico</b>	Artigo publicado em revista técnica; Artigo em jornal ou revista de divulgação; Resenha ou crítica; Texto em catálogo de exposição ou programa de espetáculo; pareceres de agências, periódicos duplo-cego.
<b>2. Produto de Editoração</b>	Produto de editoração resultante de atividade editorial de processos de edição e publicação de obras de ficção e não-ficção, bem como periódicos científicos. Compreende planejar, organizar e executar, intelectual e graficamente, livros, periódicos, enciclopédias, preparando textos, ilustrações, diagramação, etc., com vinculação ao Programa (projetos, linhas, discentes/egressos).
<b>3. Tradução</b>	Entendida aqui como uma obra traduzida (produto) de uma língua para outra, independentemente se foi resultado de uma tradução literal ou de tradução livre.  Obs.: há que se diferenciar entre tradução de obra completa e outras traduções (artigo, capítulo ou palestras/conferências). Às traduções de obras completas clássicas ou mesmo de obras completas importantes para um determinado nicho de pesquisa, sugere-se que o PPG insira a obra no módulo “Destaque”, a fim de valorizar o produto para além da pontuação.
<b>4. Evento organizado</b>	Produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas.
<b>5. Material Didático</b>	Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais, por meio de veículo impresso, audiovisual e/ou novas mídias. Exemplos: a) impresso: coleções; livro didático e paradidático; guias; mapas temáticos; jogos educativos; b) audiovisual: fotografia; painel cronológico; programas de TV – aberta e/ou fechada; Programas de Rádio – comunitários, universitários, alternativos; Trilha e/ou Paisagem sonora; c) novas mídias: e-book, Podcast, YouTube, etc.  Observação: não são considerados “material didático”: apostilas, slides, apresentações e outros materiais elaborados para apoio da atividade de docência nas aulas regulares da Graduação e Pós-graduação e atividades de extensão.
<b>6. Curso para Formação Profissional</b>	Conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-graduação.

Ficha de PTT dos Programas Acadêmicos	
Nome do Produto Técnico-Tecnológico	Descrição
7. Produto de Comunicação	O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto midiático. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas.
8. Relatório técnico conclusivo	Relatório de pesquisa concluída, de caráter institucional ou interinstitucional, justificadas com publicações e discentes (bolsistas ou não) vinculados ao projeto de pesquisa.
9. Tecnologia Social	Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade. Exemplo: atividades/projetos de extensão.
10. Base de dados técnico-científica	É um conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas. São coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (Informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo.

Ficha de PTT dos Programas Profissionais	
Nome do Produto Técnico-Tecnológico	Descrição
1. Produto técnico-bibliográfico	Artigo publicado em revista técnica; Artigo em jornal ou revista de divulgação; Resenha ou crítica; Texto em catálogo de exposição ou programa de espetáculo; pareceres de agências, periódicos duplo-cego.
2. Produto de Editoração	Produto de editoração resultante de atividade editorial de processos de edição e publicação de obras de ficção e não-ficção, bem como periódicos científicos. Compreende planejar, organizar e executar, intelectual e graficamente, livros, periódicos, enciclopédias, preparando textos, ilustrações, diagramação, etc., com vinculação ao Programa (projetos, linhas, discentes/egressos).
3. Tradução	Entendida aqui como uma obra traduzida (produto) de uma língua para outra, independentemente se foi resultado de uma tradução literal ou de tradução livre.  Obs.: há que se diferenciar entre tradução de obra completa e outras traduções (artigo, capítulo ou palestras/conferências). Às traduções de obras completas clássicas ou mesmo de obras completas importantes para um determinado nicho de pesquisa, sugere-se que o PPG insira a obra no módulo “Destaque”, a fim de valorizar o produto para além da pontuação.

Ficha de PTT dos Programas Profissionais	
Nome do Produto Técnico-Tecnológico	Descrição
<b>4. Evento organizado</b>	Produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas.
<b>5. Material Didático</b>	<p>Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais, por meio de veículo impresso, audiovisual e/ou novas mídias. Exemplos: a) impresso: coleções; livro didático e paradidático; guias; mapas temáticos; jogos educativos; b) audiovisual: fotografia; painel cronológico; programas de TV – aberta e/ou fechada; Programas de Rádio – comunitários, universitários, alternativos; Trilha e/ou Paisagem sonora; c) novas mídias: e-book, Podcast, YouTube, etc.</p> <p>Observação: não são considerados “material didático”: apostilas, slides, apresentações e outros materiais elaborados para apoio da atividade de docência nas aulas regulares da Graduação e Pós-graduação e atividades de extensão.</p>
<b>6. Curso para Formação Profissional</b>	Conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-graduação.
<b>7. Produto de Comunicação</b>	O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto midiaticado. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas.
<b>8. Norma ou marco regulatório</b>	São diretrizes que regulam o funcionamento de setor público e/ou privado, com a finalidade de estabelecer regras para sistemas, órgãos, serviços, instituições. Por exemplo: minuta de lei, regulamento ou norma educacional relacionada à gestão, guia ou código de prática, inventário.
<b>9. Tecnologia Social</b>	Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade. Exemplo: atividades/projetos de extensão.
<b>10. Base de dados técnico-científica</b>	É um conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas. São coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (Informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo.

Para além dos critérios basilares que constam da Plataforma Sucupira aos PTT, 1) Aderência; 2) Impacto; 3) Aplicabilidade; 4) Inovação; 5) Complexidade, reconstruímos a seguir alguns dos debates realizados no interior do GT PTT da área, que especifica

algumas observações de estratificação das atividades. Trata-se de sugestões que deverão ser, eventualmente, mais bem calibradas ao final do quadriênio 2025-2028, eventualmente em Seminário de Meio Termo, mas servem de orientadoras sobre o que a área já amadureceu.

**Observação 1:** produtos que sejam de impacto consistente em relação ao perfil/identidade do PPG, sugere-se vivamente que também sejam incluídos como “Destaque” de todos os produtos do PPG no quadriênio. Exemplos: “Tradução” de obra completa que, para receber o devido valor para além da estratificação T1, configura-se como “Destaque”; “Produto de Editoração” de uma importante coletânea ou mesmo de revista reconhecida pela área pela sua importância, também pode ser incluído como “Destaque”; “Evento organizado” que, em função da importância para a área (seja nacional ou internacional), pode igualmente ser incluído como “Destaque” do PPG; ou mesmo “Tecnologia social” que, a julgar pelo perfil/identidade do PPG, também vale a indicação da atividade de extensão como “Destaque”. De qualquer forma, cada PPG deve conjugar a indicação do PTT como “Destaque” a partir da autoavaliação que faz do seu perfil/identidade, bem como da relevância do produto em questão.

**Observação 2:** As sugestões de peso para cada PTT se referem ao teto limite de pontuação, devendo ser escalonada para estratos inferiores a depender do PTT em questão.

**Observação 3:** sugestões de pontuação máxima:

- Organização de eventos, sugere-se até T1 para eventos internacionais - realizados fora do Brasil ou no país com mínimo de 3 palestrantes estrangeiros, bem como ao menos 1 docente/pesquisador/a estrangeiro na Comissão Científica ou na Comissão Organizadora, e para eventos nacionais vinculados a Associações ou Sociedades Científicas da área com ao menos 10 edições; para eventos de impacto regional, sugere-se até T3. Para cada caso, todavia, o evento será avaliado também na sua qualidade e consistência para obtenção do teto máximo sugerido.
- Produto de comunicação: em função da articulação da Ficha 2025-2028 mais próxima com produtos de comunicação, sugere-se até T1 para casos de docentes ou PPG que possuam canais de YouTube, Podcast, blogs, rádios etc. que sejam regulares e não esporádicos. A participação de docentes de forma esporádica que envolvam comunicação, porém, sugere-se até T3.
- Editoração: sugere-se até T1 para organização de coletâneas e editoração de periódico científico da área. Na medida em que não há recursos suficientes (via Editais) para financiamento dos periódicos nacionais, de modo que cada editor/a acaba fazendo a atividade de forma gratuita e muitas vezes sem sequer receber suporte de bolsistas ou liberação de carga horária, considera-se medida importante que a atividade de Editoração seja suficientemente apoiada com a mesma medida, enquanto tivermos a situação de poucos financiamentos.

Valorizar, indistintamente, os periódicos e a atividade de editoração da área é medida mínima que podemos tomar, a fim de tornar os periódicos nacionais competitivos e valorizemos sua profissionalização. Entretanto, periódicos descontinuados ou com frequentes lacunas de edições, não deveriam receber T1.

## 2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta

O conhecimento científico deve se tornar amplamente acessível, abertamente compartilhado, transparente e democraticamente inclusivo, garantindo condições éticas importantes na pesquisa. Nesse sentido, a área de Filosofia endossa as perspectivas da chamada ciência aberta, que valoriza boas práticas e princípios capazes de promover transparência, acesso, colaboração técnica, compartilhamento e inclusão. Para o caso de periódicos científicos da área, a grande maioria já pratica há tempo alguns dos principais princípios da ciência aberta. Dentre os valores já praticados pela área e que devemos manter, destacamos: a) gratuidade na publicação e acesso imediato ao conteúdo, bem como licença correspondente e adequada a esse tipo de prática (ex: Creative Commons Attribution, CC BY); b) uso de repositórios com acesso aberto de dados, bem como plataformas igualmente abertas para hospedagem dos periódicos (ex: Open Journal System – OJS); c) ênfase no fluxo de avaliação por pares; d) transparência nos dados da pesquisa que forneça as condições para reconstrução de hipóteses pela comunidade de pesquisadores/as (ex: referência genuína de textos e honesta revisão bibliográfica, evitando reiteradas práticas de autocitação); e) promoção da participação e publicação de diferentes grupos sociais na pesquisa, incluindo a colaboração/publicação no periódico de pesquisadores/as (discentes, docentes etc.) de diferentes origens, gêneros e idades.

As práticas da área descritas acima correspondem a alguns princípios importantes da ciência aberta, tais como transparência, compartilhamento, inclusão, reprodutibilidade de resultados e colaboração. Nesse sentido, a área endossa e recomenda vivamente a manutenção dessas práticas como valor indispensável à pesquisa em Filosofia, seja em função de como enxerga o movimento da ciência aberta, seja por conta da importância que tais princípios possuem em se tratando de boas práticas editoriais, conforme já mencionamos acima.

Em acréscimo, cabe à área, de maneira gradativa e indutiva, refletir sobre o alcance da avaliação duplo cego, amadurecendo a possibilidade de uma avaliação aberta dos pares nos periódicos. Em acréscimo e de forma indutiva, precisamos reunir esforços para incorporar práticas de publicação em repositórios abertos de pre-print (como da Scielo, por exemplo) ou diretamente no site das revistas, ou mesmo ampliar as práticas de comentários de artigos tal como algumas revistas já praticam (ex: Nietzsche-Studien e Trans/Form/Ação). O uso dos repositórios e dos periódicos abertos para essas finalidades qualifica ainda mais a publicação do produto artigo para além do proxy da revista, ao

mesmo tempo em que a área amadurece melhor em se tratando da prática de passar a dialogar mais intensamente com os pares brasileiros em especial. A área de Filosofia realiza muito pouco o debate entre pesquisadores/as brasileiros, privilegiando normalmente o debate e citação de pares estrangeiros. Obviamente que a mesma dinâmica pode e deve ser mantida; o que está em questão aqui é ampliar a dinâmica de construirmos cada vez mais uma fortuna crítica mais robusta das pesquisas da área, por meio do debate e citação também de pares brasileiros. Seja pelo que conhecemos por complexo de vira-latas, seja por razões teóricas ou, por vezes, preconceitos, certo é que ampliar a cultura de debate e construção do conhecimento entre nós, é certamente um ganho fundamental. Para isso, o uso de repositórios pre-print e debates/comentários diretamente nos periódicos poderá ser uma prática indutiva igualmente virtuosa, qualificando os produtos e criando uma cultura dialógica mais intensa na comunidade filosófica brasileira.

## 3 IMPACTO

### 3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade<sup>8</sup>

O impacto dos Programas na sociedade é uma dimensão que ganha peso cada vez maior no cenário da Pós-graduação brasileira. De um modo geral, persiste uma dificuldade de comunicação da Pós-graduação com a sociedade, em função das dificuldades em compartilhar e mostrar as evidências diretas e potenciais das atividades, processos e produtos para e com a sociedade. Não basta termos bons dados e indicadores, é preciso também saber apresentá-los bem, tanto nos relatórios avaliativos como também à sociedade. Articular com acurácia as possibilidades de exprimir as distintas classes de impactos possíveis na Filosofia é uma condição indispensável para que possamos não apenas nos comunicar melhor com a sociedade, mas principalmente em evidenciar nosso papel, abrangência e desdobramento direto dos nossos produtos, processos e atividades na sociedade.

A área de Filosofia tem condições de evidenciar diferentes formas de impacto de produtos e processos, bem como de compartilhamento de conhecimento das suas atividades, por meio das seguintes classes de impacto: acadêmico-científico, social, cultural, político, ambiental, econômico, saúde e bem-estar, tecnológico, ensino e aprendizagem. A depender da autoavaliação que cada Programa realiza sobre sua identidade/perfil de PPG, cumpre que as indicações de classe de impacto e evidência desses impactos diretos ou potenciais estejam em sintonia com aquilo que o PPG melhor reflete sobre sua identidade/perfil. Nesse sentido, a diversidade da área permite que avaliemos o impacto à luz de distintas classes conforme o perfil do Programa e sua respectiva abrangência local, regional, nacional e internacional.

No geral, na medida em que se trata de uma carreira acadêmica, os impactos da área coincidem com os seus produtos em seu papel de questionar e analisar a realidade. Sobre esse impacto projeta-se tanto um crescimento qualitativo, com mais inovação e originalidade das pesquisas, quanto uma expansão na sua abrangência, vista como uma crescente internacionalização da área. Há também uma contribuição propriamente educacional realizada pelos egressos dos PPG, que se tornam agentes da produção do conhecimento filosófico, bem como por docentes com esse perfil nos Programas da área. Um outro modo de ver o impacto dos PPG é segundo a sua própria operação. A Pós-graduação, ao formar recursos humanos e inseri-los no mercado de trabalho, reduz desigualdades socioeconômicas tanto dos egressos quanto geograficamente entre diversas regiões. É muito comum na área de Filosofia termos discentes que alteram por completo suas condições de vida, inclusive rompendo o ciclo da pobreza familiar. A área

---

<sup>8</sup> Considerando incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

deve ser capaz de mostrar situações de impacto como essas (dentre outras, obviamente) e que são decisivas para o país. Nessa direção e sempre que possível, a área valoriza também impactos sociais oriundos do conjunto de suas atividades, por exemplo, pelo seu nível de envolvimento efetivo com a realidade local/regional de discentes onde o Programa está inserido, evidenciando em que medida a passagem do/a discente pelo Programa alterou sua vida pessoal em diferentes âmbitos: econômico, social, cultural etc. Ainda conforme a própria dinâmica de operação dos Programas, o impacto pode se desdobrar por meio do conjunto de atividades acadêmicas realizadas por docentes permanentes, e que podem ser evidenciados com distintos processos e atividades, tais como: a) Existência de atividades nucleadoras de pesquisa, tais como: redes de pesquisas (nacional ou internacional), eventos, cooperação em projetos ou redes de pesquisa com Programas em regiões assimétricas que contribuam para o amadurecimento homogêneo e consolidação da Pós-graduação da área, intercâmbios ou, ainda, a participação em Projetos de Cooperação Interinstitucionais (PCI – Minter/Dinter); b) Envolvimento em comissões, comitês e consultorias da área, ou em agências de fomento (tais como CAPES, CNPq, Fundação de Amparo a Pesquisa Estadual ou Municipal e equivalentes, INEP, MEC), ou agências privadas (tais como editoras, fundações e equivalentes); c) Envolvimento em diretorias, associações acadêmicas, GTs da ANPOF e/ou sociedades científicas; d) Envolvimento em comitês editoriais de periódicos consolidados ou comissões científicas de eventos nacionais ou internacionais; e) Atuação como parecerista de periódicos acadêmicos da área; f) Envolvimento do corpo docente permanente do Programa com supervisão de estágio pós-doutoral, residência pós-doutoral e outros (nesse caso último caso, atividade mais esperada e demandada de Programas mais maduros e que sejam candidatos a conceitos 6 e 7, embora sem se restringir a apenas eles). A curricularização das atividades de extensão na Graduação foi um passo importante para que possam também ser, gradativamente, incorporadas nos Programas de Pós-graduação da área. Espera-se que essas atividades aumentem igualmente na área, à medida em que produtos e processos como tecnologia social (a atividade de extensão) passem a exercer relação e conexão mais direta entre Graduação e Pós-graduação. Em relação à extensão na área, não é recomendável que as atividades e processos sejam exercidas de maneira desvinculada ao projeto de pesquisa do/a docente. A natureza da Filosofia e da Pós-graduação é, sem dúvida, a pesquisa, de modo que por meio dela é que outras atividades de impacto social – como a extensão – se desdobre socialmente. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se espera o crescimento da atividade extensionista na Pós-graduação em Filosofia, seguindo a tendência nacional, a área recomenda expressamente que a Extensão esteja vinculada às atividades de pesquisa, na condição de seu desdobramento.

Como se vê, a área de Filosofia engloba distintas classes de impacto. Entretanto, permanecia ainda uma dificuldade em relação ao impacto acadêmico-científico em específico. Desde o Seminário de Meio Termo da área em outubro de 2023, um dos pontos discutidos e reiterados outras tantas vezes pela Coordenação de área junto às coordenações de PPG foi o fato de que, em se tratando especificamente da classe de

impacto acadêmico-científico (certamente a principal classe de impacto da área), a Filosofia tinha dificuldades de explicitar a efetividade do impacto, uma vez que nossos produtos, atividades e processos levam mais tempo do que outras áreas para se desdobrar na sociedade. Um artigo ou um livro na Filosofia, por exemplo, pode levar mais do que 8 anos para gerar impactos acadêmicos-científicos, diferente de outras áreas em que um artigo pode receber citações já na semana seguinte da sua publicação. Nesse ponto, a diferença entre áreas é gigantesca, mais ainda na Filosofia. Simplesmente não cabíamos na lógica avaliativa de monitorar e avaliar impacto em tão pouco tempo. Na prática, não era possível distinguir claramente a classificação de um produto intelectual do quadriênio e a maneira como ele se esparrama na sociedade, embora sejam avaliações bem distintas: uma coisa é a qualidade de uma produção bibliográfica, e outra é monitorar a maneira como esse produto conseguiu impactar em distintas direções. Não raramente, um produto que tenha sido originalmente avaliado com menor peso, acabe por exercer um impacto bem maior em comparação com um produto que tenha sido, originalmente, avaliado como de qualidade maior.

Desde 2023, então, passamos a insistir na necessidade de ampliar o período entre geração do produto e sua avaliação no desdobramento como impacto. O consenso da discussão foi na direção de um período de até 12 anos para mostrar que um produto intelectual da área consegue gerar resultados distintos em termos de impacto acadêmico-científico, tanto para ser avaliado como impacto efetivamente, quanto para se diferenciar da avaliação da produção intelectual (Quesito 2, Formação). Não temos maiores problemas com outras classes de impacto, como social, ensino e aprendizagem, ambiental etc., mas com o impacto acadêmico-científico dos nossos produtos intelectuais, de fato, havia um entrave. Contudo, com a possibilidade ampliada de prazo – na área de Filosofia, até 12 anos –, tal como confirmado depois pela DAV/CAPES, a Filosofia passa a ter melhores condições de mostrar os impactos acadêmico-científicos das suas produções intelectuais que ocorrem no quadriênio em que o produto é avaliado. Espera-se que com essa ampliação de período a Filosofia consiga exprimir com maior clareza as distintas maneiras que seus produtos intelectuais geram impacto.

Tomemos um exemplo de um livro (autoral, tradução, coletânea), ou um artigo, ou um PTT, ou uma tese etc., que tenha sido produzido há 12 anos, 10 anos ou 6 anos atrás (em relação à atual quadrienal), mas seus impactos são reconhecidos apenas no ciclo avaliativo em curso. Esses produtos geram distintas formas de impacto acadêmico-científico e podem ser justificados por meio do seguinte quadro sinóptico ou repertório de possibilidades (sempre lembrando que esse quadro sinóptico é apenas um subsídio para auxiliar na construção da justificativa de evidências, de modo que outras possibilidades são possíveis e desejáveis, seja em função da autonomia de cada docente e Programa, seja para resguardar e deixar sempre em aberto possibilidades de casos disruptivos positivos na área. Cabe à comissão de avaliação analisar outras possibilidades, a fim de formar o melhor juízo sobre o tema):

- explicação sobre como o produto exprime ou exprimiu avanço das fronteiras do conhecimento na temática em questão;
- recorte temático que valorizou/a problemas e preencheu/e lacunas pouco estudados de conhecimento;
- inovações em termos metodológicos e de processos que expliquem o avanço da pesquisa na temática em questão;
- diálogo estratégico de áreas lacunares com o conhecimento científico nacional e internacional;
- produção capaz de exprimir o incremento de novas tecnologias sociais (ex: extensão), culturais, educacionais, ambientais etc;
- por meio do conjunto de citações recebidas pelos produtos indicados pelo Programa, ou pelo conjunto das citações que docentes permanentes tiveram ao longo do tempo (aferidas via Google Acadêmico);
- premiações ou distinções recebidas; formação de grupos de pesquisa em rede ou interdisciplinares nacional ou internacional aos quais o produto está vinculado;
- desdobramento acadêmico do produto no âmbito da formação de recursos humanos, cuja pesquisa continuou por meio de formação de novos mestres e doutores (da área de Filosofia ou outras);
- desenvolvimento de políticas públicas;
- geração de debates públicos relevantes em torno de questões políticas, econômicas, ambientais, raciais, culturais, dentre outras;
- diálogo com outros setores da sociedade; geração de material didático relevante; tradução que preencheu e/ou preenche lacuna importante para a área de Filosofia e outras, em função da ausência do texto em língua portuguesa;
- pesquisa cujo projeto possui financiamento ou foi aprovado no mérito por agências de fomento (tais como financiamentos internacionais, CAPES, CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa Estadual ou Municipal e equivalentes, INEP, MEC; ou instituições privadas, tais como editoras, fundações e equivalentes) mas não obteve financiamento e/ou envolve parcerias com instituições de outros países, estados ou da mesma região etc.

Novamente, essas possibilidades acima não excluem outras, mas são formas de exprimir o modo como uma produção intelectual pode gerar impacto acadêmico-científico. Além disso, com o aumento de Programas com identidade/perfil internacionais na área e a consecutiva melhoria da produção intelectual e atividades, espera-se que Programas candidatos a esse perfil possam não apenas indicar produtos intelectuais internacionais em seus destaques, mas também passem a exprimir impactos desses produtos e atividades de internacionalização.

Para o ciclo 2025-2028 a área chegou a um consenso em torno de, no mínimo, duas classes de impacto obrigatórias: 1) acadêmico-científica; 2) social.

Por meio de Módulo de Destaque específico na Plataforma Sucupira destinado a Impacto, os Programas deverão selecionar as classes de impacto a serem justificadas e

evidenciadas. Dada a natureza da Filosofia e para não termos futuramente Programas que realizem, por exemplo, apenas atividades de extensão, a classe de impacto acadêmico-científica será obrigatória a todos os Programas, e que poderão ser evidenciadas por meio de produtos bibliográficos gerados até 12 anos passados em relação ao ano de início da quadrienal, 2025. Na prática, em 2029, os Programas poderão destacar produções que tenham sido geradas entre 2013 e 2028. O número de produtos destacados para evidenciar o impacto, além disso, varia em função do número total de docentes permanentes do PPG. Assim, o número de indicações (N) de produtos deve ser igual à metade do número total de docentes permanentes do Programa no quadriênio ( $N=DP/2$ ), até o máximo de 15 indicações (ex: se o Programa tem 14 DP, indicam-se até 7 produtos; se tem 18 DP, indicam-se até 9 produtos; se tem 20 ou mais DP, indicam-se até 10 produtos, e assim por diante). Os fatores a serem avaliados na classe de impacto acadêmico-científico, além disso, são os seguintes, conforme a Ficha de Avaliação: a) As descrições e evidências qualitativas intrínsecas aos produtos em relação à classe de impacto efetivo ou potencial; b) A adequação das produções com a área de concentração, a linha e o projeto de pesquisa e/ou à trajetória de pesquisa do pesquisador ou grupo de pesquisadores (docentes, discentes ou membros externos); c) A articulação com os objetivos e a identidade/perfil do Programa (incluindo a abrangência do impacto – se regional, nacional ou internacional – dependendo da identidade/perfil do Programa); d) Os produtos devem representar a diversidade das linhas de pesquisa, bem como a diversidade do corpo docente, discente e egressos, a fim de favorecer uma avaliação o mais ampla e global possível do impacto do Programa.

A validação dos produtos destacados de quadriênios passados será realizada no Programa em que foi gerado, independentemente da troca de Instituição de docente permanente.

A segunda classe de impacto obrigatória definida pela área foi o de impacto social. Nesse sentido, o Programa deve descrever e evidenciar processos relativos às ações afirmativas e combate às desigualdades da área, especialmente no que diz respeito ao acesso e permanência de mulheres, pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência (PcDs), refugiados e/ou trans (transgêneros, transexuais e travestis). Trata-se da estreita conexão com o Planejamento Estratégico do Programa, na direção de monitorar e avaliar que a redução das desigualdades e a promoção de maior diversidade no corpo docente e discente estão associadas à ação proativa do Programa na construção de mecanismos de ingresso e permanência. Para a avaliação qualitativa da classe de impacto social relativa às ações afirmativas e combate às desigualdades, consideram-se os seguintes fatores: a) A composição do corpo discente matriculado demonstra a capacidade do Programa de incluir discentes oriundos(as) de grupos sociais vulnerabilizados; b) O Programa demonstra que houve esforços para redução das desigualdades na conformação do seu corpo discente ao longo do tempo (entre 2025 e 2028); c) O Programa demonstra que houve proatividade e esforços para/ou redução de desigualdades de gênero na conformação do seu corpo docente (incluindo permanentes e/ou colaboradores) e/ou discente ao longo do tempo (entre 2025 e 2028); d) O Programa

demonstra que realizou iniciativas ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nos seus diferentes aspectos e níveis (ensino, e/ou pesquisa, e/ou extensão), entre os quais atividades ligadas ao enfrentamento da emergência climática (ODS 13: mudanças climáticas) e iniciativas ligadas aos ODS Adjacentes (iniciativa eminentemente brasileira relacionada aos ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial; ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação; e ODS 20 - Povos Originários e Comunidades Tradicionais).

Em relação à transferência/compartilhamento de conhecimento, a área considera o conjunto de atividades ou ações desenvolvidas por docentes permanentes do Programa – derivadas das suas pesquisas – que representam inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento, cujo alcance seja evidenciado por meio do desenvolvimento, da consolidação e da melhoria das atividades internas e externas à universidade, desdobradas nos âmbitos sociais, econômicos, culturais, educacionais etc. Nesse sentido, a área endossa, recomenda e avalia as tradicionais atividades já realizadas pelos Programas, especialmente em torno do Ensino de Filosofia, passando pela realização de eventos e cooperações diversas, até atividades científicas de cooperação com a área ou outras agências, bem como atividades de emissão de parecer e/ou comentário de artigos em periódicos acadêmicos. Esse último aspecto – cooperação na emissão de parecer duplo cego ou comentário de artigos em repositórios pre-print ou diretamente na revista – tem por objetivo vincular diretamente essa atividade com a qualidade editorial e de publicações dos nossos periódicos. Essa Coordenação de área considera que o investimento na qualidade do procedimento de avaliação duplo-cego é condição primeira para a consecutiva qualificação dos artigos em Filosofia, bem como auxílio fundamental aos editores de periódicos para encontrar pareceristas aos artigos (sabemos bem dessa dificuldade dos Editores). Se queremos avaliar o produto artigo para além do proxy (o periódico), devemos igualmente envolver docentes permanentes nessa atividade. Nesse sentido, a área definiu como obrigatória a participação de docentes permanentes também na atividade de parecer e/ou comentários de artigos, de modo a inseri-la como um critério/fator específico no indicador sobre compartilhamento de conhecimento. Isso não significa que todos/as os/as docentes deverão fazer essa atividade, mas um Programa não pode deixar de ter docentes que tenham se envolvido na emissão de parecer e/ou comentário de artigos em periódicos.

### **3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência**

O exercício de autoavaliação dos Programas na elaboração e definição mais clara da sua identidade/perfil, deve incluir também o horizonte da inserção e abrangência das suas atividades, em se tratando de inserção local, regional, nacional ou internacional. As atividades, produtos e processos desenvolvidos por docentes permanentes devem corresponder, obviamente, à essa identidade/perfil e sua respectiva abrangência em termos de inserção. Não é absurdo e nem sequer devemos considerar dessa maneira, o

fato de que um Programa decida que não pretende ter um perfil internacional, de modo a ser apenas um Programa consolidado e maduro (nota 5). Ao longo das discussões com a área, foram várias vezes em que a Coordenação de área levantou essa reflexão que cabe a cada PPG decidir sobre si mesmo e o respectivo lugar em que pretende chegar a médio e longo prazo. Tão logo um PPG autoavalie-se em relação à sua abrangência de inserção, deve encaminhar planejamento tal que leve em conta o horizonte de expectativa que pretende alcançar, por meio de produtos, atividades e processos. Essa Coordenação de área considera essa reflexão fundamental e recomenda vivamente que ela esteja sempre no horizonte da sua autoavaliação.

Para o quadriênio 2025-2028, a inserção é avaliada por meio do conjunto de atividades desenvolvidas pelo Programa como um todo, articulando fatores que possam exprimir a maturidade, o nível de liderança e o tipo de inserção de docentes permanentes. Trata-se de uma aferição em que se observa o nível de envolvimento do corpo docente como um todo nas atividades, e não apenas de uma parte ou recorte de docentes, de modo que quanto maior e mais institucionalizada estiverem as atividades no interior do seu corpo docente, mais solidez e consistência na maturidade, liderança e inserção terá um Programa, relativamente à abrangência da sua inserção. Esse olhar é válido, por exemplo, para avaliar a inserção de abrangência nacional e internacional. A proporcionalidade de envolvimento de docentes em atividades nacionais e internacionais é claro indicativo da envergadura do Programa. Por isso, relativiza-se também a inserção nacional ou internacional, a depender da identidade/perfil do Programa, seguindo a concepção de uma avaliação multidimensional.

Os fatores de partida considerados pela área são os seguintes já tradicionalmente empregados: a) A implantação e coordenação pelo Programa de projetos e Programas de cooperação e intercâmbio entre Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da Pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas consideradas assimétricas pela área, como Procad, PCI (Minter/Dinter), ou outras possíveis iniciativas de nucleação devidamente institucionalizadas como grupos/núcleos ou redes de pesquisa, eventos, intercâmbios etc.; b) Participação de docentes permanentes como membros de Comitês de Agências de Fomento e Comissões Nacionais, Estaduais e/ou Municipais; c) Participação de docentes permanentes como Editores e como membros de Corpo Editorial de periódicos, ou como organizadores de eventos científicos regionais e nacionais; d) Participação de docentes permanentes na gestão de entidades acadêmico-científicas e profissionais (associações científicas, academias brasileiras, conselhos, comissões nacionais e outros); e) Participação de discentes e docentes permanentes como palestrantes em congressos regionais e nacionais; f) Participação de docentes permanentes como pareceristas em revistas nacionais qualificadas; g) Cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização voltados público em geral; h) Inserção em redes de pesquisa nacionais e/ou internacionais.

Em relação à internacionalização, e conforme mencionamos acima, trata-se de inserção que depende e muito da autoavaliação que o Programa realiza. A internacionalização é resultado do amadurecimento de seus docentes permanentes em pelo menos quatro dimensões: 1) pesquisa; 2) produção intelectual; 3) institucionalidade; e 4) mobilidade acadêmica. No quadriênio 2025-2028 a área vai avaliar a internacionalização precisamente nessas quatro dimensões, levando em consideração os seguintes fatores:

### **Dimensão 1 – Pesquisa**

- a) Participação em redes internacionais de pesquisa, com desenvolvimento de projetos em grupos de pesquisadores no exterior.
- b) Assessoria *ad hoc* de publicações (periódicos, livros, congressos), instituições ou organismos internacionais.
- c) Atuação em conselhos editoriais de publicações estrangeiras.
- d) Atuação como editor chefe, editor associado ou equivalente em publicações estrangeiras.
- e) Participação em cargos ou funções em comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e Programas internacionais.
- f) Participação em comissões de assessoria a agências de fomento internacionais.

### **Dimensão 2 – Internacionalização da Produção Intelectual**

- a) Produção do Programa publicada em periódicos estrangeiros (editados no exterior, independentemente da língua).
- b) Produção de livros (texto integral ou organização) ou capítulos de livros publicados no exterior.
- c) Produção de artigos publicados em língua estrangeira em periódicos no país e no exterior.
- d) Produção de livros e capítulos de livros editados por editoras estrangeiras.
- e) Produção Técnica internacionalizada.

### **Dimensão 3 – Institucionalidade da internacionalização**

- a) Convênios internacionais.
- b) Participação em editais e concorrências internacionais de pesquisa, ainda que contemplado apenas no mérito.
- c) Recursos recebidos de agências internacionais de fomento.
- d) Premiação ou reconhecimento no exterior.
- e) Ações de cooperação internacional de pesquisa e ensino (ex: Programas de cotutela, dupla titulação etc.).

#### Dimensão 4 - Mobilidade e atuação acadêmica do corpo docente e discente

- a) Participação em banca examinadora em Programas de Pós-graduação no exterior.
- b) Orientação, coorientação e/ou supervisão de estágio de estudante estrangeiro em sanduíche ou como aluno regular no Programa.
- c) Orientação, coorientação e/ou supervisão de estudantes no exterior.
- d) Convite para ministrar curso ou conferência no exterior.
- e) Supervisão de doutores estrangeiros em estágio pós-doutoral.
- f) Participação em estágio/treinamento, atividades técnico-científicas e/ou pós-doutorado em instituições estrangeiras.
- g) Participação em evento ou congresso internacional de referência na área, ocorrido no Brasil com apresentação de trabalho.
- h) Participação em evento ou congresso internacional de referência na área, ocorrido no exterior com apresentação de trabalho.
- i) Recepção de pesquisador estrangeiro (visitante) em atividade de pesquisa e/ou ensino no Programa.
- j) Participação de docente estrangeiro como parte do corpo docente permanente do Programa.
- k) Organização ou participação em comitês de organização de eventos científicos internacionais (fora do Brasil ou, segundo os critérios da área, realizados no Brasil com caráter internacional).

A construção dessas relações de pesquisa, produção, mobilidade e o modo como práticas de internacionalização estão institucionalizadas no PPG requer tempo e persistência nas atividades, de modo que a internacionalização corresponde diretamente ao processo de desenvolvimento e amadurecimento dessas dimensões de atividades no interior do corpo docente, e a maneira como o Programa as planeja estruturalmente. É esperado, nesse caso, que um Programa com mais tempo de existência tenha as quatro dimensões da internacionalização mais bem estruturadas e planejadas entre seus docentes, comparativamente a um Programa mais jovem. Espera-se, por isso mesmo, que as quatro dimensões da internacionalização estejam contempladas no corpo docente de um PPG, diferente de um Programa mais jovem em que essas dimensões estão vinculadas a um ou dois docentes, ou a um percentual pequeno em relação ao corpo docente, ou ainda que apenas algumas das dimensões acima sejam contempladas nas atividades. Essa avaliação é comparativa entre os Programas.

A internacionalização se apresenta como objetivo institucional em nossos PPG, enfatizando as ligações dos programas com o mundo globalizado, para além de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Alguns programas e projetos se inserem mais do que outros nessa tendência de internacionalização da pesquisa científica como forma não só de melhor compreender tópicos tradicionais da Filosofia e problemas da sociedade contemporânea, mas também como uma melhor e mais aprofundada abordagem e proposta de solução de problemas comuns à humanidade de uma maneira

geral, tais como os direitos humanos, a sustentabilidade do planeta e os desafios ético-morais das novas tecnologias.

Ademais, a internacionalização em nossa área não exclui parcerias com a América Latina, África, o chamado Sul Global, ou ainda com línguas que não sejam o inglês (lembrando que a área mantém, além do inglês, o alemão e o francês como línguas tradicionais de sociedades científicas, assim como o grego clássico e o latim como línguas de pesquisa internacional para a Filosofia Antiga e Medieval), agregando a importância do impacto nacional e regional de nossos produtos ao cenário mundial. Quanto à internacionalização dos PPG, para a área de filosofia, há diferentes modos de interagir no âmbito internacional, com diferentes graus de protagonismo, sendo o ideal a busca por formas de interlocução relevante, através da consolidação de parcerias e acordos de cooperação internacional com reciprocidade, assiduidade e produtividade. Vários dos nossos programas oferecem ou já ofereceram disciplinas de pós-graduação em inglês, alemão ou francês.

A visibilidade é igualmente um aspecto tradicionalmente avaliado pela área. Para além dos aspectos já monitorados e aferidos, porém, atividades de popularização da ciência passam a serem avaliadas também no quadriênio 2025-2028. Trata-se de mais uma indução na direção da melhoria na comunicação com a sociedade, especialmente no sentido de ocupar novamente espaços que possam atingir o grande público. Nesse sentido, serão avaliados atividades e projetos de divulgação da pesquisa acadêmica e do conhecimento para estudantes dos ciclos introdutórios e para o público leigo em geral, como conferências, cursos de extensão, Programas de rádio, TV, podcast e outros canais em redes sociais, escolas avançadas e workshops (nacionais ou regionais), exposições, entrevistas para a imprensa, artigos para os meios de comunicação social. A emergência de Podcast e canais de YouTube, ou mesmo cafés filosóficos, dentre outros, são meios de atingir o grande público e articular formas de popularização da ciência.

### **3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade**

A presença da Filosofia como componente curricular no Ensino Médio assegura o pleno atendimento do objetivo de formação de futuros cidadão e cidadãs capazes de refletir sobre suas práticas, suas opiniões, seus valores – mais emancipados, assim, de prejuízos e dogmas irrefletidos, tão habituais no mundo contemporâneo. A familiarização dos educandos com as questões clássicas da filosofia oferece significativas contribuições para que estes possam avaliar criticamente e ressignificar sua atuação no mundo, justificando argumentativamente seus pontos de vista e posicionando-se de forma qualificada e autônoma frente aos desafios cotidianos, dentre os quais se incluem os de lidar com a alteridade e a diversidade.

A Reforma do Ensino Médio operada inicialmente pela Medida Provisória 746/16 e efetivada pela Lei 13.415/17 fez, contudo, com que a presença da Filosofia enquanto componente curricular no Ensino Médio perdesse a garantia legal conquistada com a Lei 11.684/08. Não obstante, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sugere modelos alternativos de formação – como laboratórios, oficinas, clubes, observatórios, incubadoras, núcleos de estudos e núcleos de criação artística –, permanece aberta aos professores de Filosofia, e mesmo especialmente necessária, a possibilidade de repensar as formas de inserção da Filosofia e do filosofar nas escolas.

Tal cenário torna ainda mais importante o reconhecimento e a valorização, por parte da comunidade filosófica, do Ensino de Filosofia como problema filosófico de pesquisa. Recomenda-se no âmbito das ações desenvolvidas pelos PPG da área de Filosofia: a) a diversificação da produção voltada a estudantes e professores da Educação Básica; b) a formação de pessoal para acompanhamento, avaliação e análise crítica dos arranjos curriculares adotados pelas instituições de ensino, no que diz respeito à prática filosófica e aos conhecimentos oriundos da tradição filosófica; c) as ações de extensão e cursos de curta e média duração visando à formação inicial ou continuada de docentes; d) a elaboração de produtos didático-educacionais; e) a produção em mídias e periódicos não acadêmicos (voltados para a difusão do saber filosófico para o público em geral); e f) a abertura às pesquisas e às publicações acadêmicas sobre o ensino e a aprendizagem de/em Filosofia.

Decisivo para a área é a atuação proativa de cada Programa na direção de articular com prioridade a estreita relação com a Educação Básica, em vista de uma inserção social importante para a área, mas sobretudo por conta do impacto que o papel proativo dos PPG pode gerar.

## 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

O conceito de excelência tem um berço filosófico e suas raízes mais antigas podem contribuir para a compreensão do desafio que ele implica. Ainda que polissêmica, ser excelente é realizar plenamente o seu potencial, desenvolvendo competências teóricas, técnicas e éticas que, embora indiquem para a polissemia (e contestabilidade) do termo, devem ser assumidos não apenas na perspectiva quantitativa, mas sobretudo, qualitativa, conforme chamam atenção os redatores do Relatório do grupo de trabalho excelência na Pós-graduação *stricto sensu*, publicado pela CAPES em 2024<sup>9</sup>. Tal relatório destaca também a dificuldade de encontrar dados capazes de quantificar a excelência no âmbito das pesquisas em nível de Pós-graduação.

Reconhecendo esses limites teóricos e práticos, a área de Filosofia assume o desafio de pensar critérios orientadores para a busca pela excelência. Precisamos compreender, em primeiro lugar, que a avaliação da CAPES compreende monitorar indicadores que classifiquem Programas com notas que vão de 1 até 5, sendo entre 3 e 5 a condição para seu funcionamento formal. Um Programa com nota 5 exprime clara maturidade nos quesitos de Programa, Formação e Impacto na sociedade. Em princípio, uma Ficha de Avaliação, nesse sentido, tem por função avaliar PPG até a nota 5. Para além disso, a CAPES tem a denominação de excelência – destinado a PPG nota 6 e 7 –, partindo-se do pressuposto que Programas de excelência devem apresentar clara distinção dos demais programas que receberam nota 5, considerando os indicadores de excelência de formação e produção intelectual da área (com nível de desempenho superior) e, além disso, notória demonstração de excelência nos indicadores qualitativos de impacto da dessa produção intelectual, bem como clara liderança, inserção e reconhecimento no cenário nacional, demonstrando padrão de atuação internacional nas seguintes dimensões: impacto na sociedade, internacionalização, ODS, Solidariedade e nucleação, processos de interinstitucionalidade, interdisciplinaridade e boas práticas em diferentes aspectos do programa.

Seguindo-se as diretrizes comuns da CAPES para todos os programas nacionais, atendidas essas dimensões, os programas que almejam a nota 6 devem comprovar excelência na maioria das dimensões avaliativas e superior à PPG nota 5, possuindo algum grau nas dimensões de Internacionalização, enquanto os programas que almejam a nota 7 devem comprovar excelência em todas as dimensões, incluindo obrigatoriamente as quatro dimensões de Internacionalização bem distribuídas pelo corpo docente permanente. Essa excelência, além disso, deve ser horizontal no que diz respeito às linhas, projetos de pesquisa e docentes, com envolvimento de discentes, de modo que a internacionalização não deva ser compreendida, como mencionamos acima,

---

<sup>9</sup> GRUPO DE TRABALHO EXCELÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*. Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria n. 63, de 28 de fevereiro de 2024. CAPES. Brasília, 07 de junho de 2024.

como um requisito de excelência de um ou alguns docentes, mas do conjunto de atividades do Programa como um todo.

Dessa forma, a excelência na área de Filosofia leva em conta critérios de qualidade e indicadores que destacam aspectos fundamentais da formação acadêmica, produção intelectual e inserção socioambiental. Dessa maneira, a excelência não deve ser considerada como um resultado, mas um processo contínuo, capaz de articular diferentes perspectivas do empenho e do trabalho conjunto das comunidades acadêmicas, segundo critérios avaliativos definidos pela CAPES e tendo em vista os quesitos da Ficha de Avaliação, no que diz respeito à proposta do programa, à sua formação e impacto. Tais perspectivas levam em conta a centralidade do estudante e a otimização de sua experiência formativa, em vista da expansão das fronteiras do conhecimento, articulando a leitura e interpretação dos temas centrais da tradição filosófica, seus autores e seus problemas, com a compreensão dos principais desafios teóricos da atualidade nacional e internacional. À pesquisa incremental, portanto, espera-se que programas de excelência na área de Filosofia acrescentem abordagens inovadoras de desafios filosóficos contemporâneos.

Segue-se, assim, o que afirma o Relatório do grupo de trabalho excelência na Pós-graduação *stricto sensu* (2024) que, ao mesmo em que propõe o aprimoramento e sofisticação das métricas de avaliação, chama atenção para as “dimensões que revelam o engajamento dos programas de pós-graduação na produção e no compartilhamento de respostas para os desafios correntes da sociedade” (2024, p. 9). O Relatório ressalta a importância de inclusão de aspectos como a “qualidade e capacidade diferenciada de formação”, “a capacidade de produzir novas lideranças, o impacto na sociedade, a promoção de equidade, diversidade, inclusão e compartilhamento da excelência na pós-graduação, bem como a capacidade de gerar inovações tecnológicas e sociais condizentes às demandas da sociedade” (2024, p. 9). A área de Filosofia, levando em conta as suas especificidades, assume tal perspectiva como parte do processo de conquista da excelência de seus programas, tentando aliar constantemente a livre produção do conhecimento com as preocupações relacionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades.

Ressalta-se que tais tarefas devem ser assumidas como política de área (não apenas de Programas isolados), na medida em que a excelência é um processo coletivo, que envolve toda a comunidade filosófica nacional: docentes, discentes, servidores técnico-administrativos em suas diferentes formas de contribuição. Isso significa também que os programas devem atuar coletivamente em vista de objetivos comuns, abrangendo atividades que primem pela qualidade, integridade, diversidade, inclusão e atenção aos impactos da pesquisa e da formação (cf. CAPES, 2024, p. 13).

Nesses termos, destaca-se a importância da excelência no âmbito da formação, um programa de excelência em Filosofia deve apresentar um alto e diferenciado padrão de formação acadêmica para os estudantes de mestrado e doutorado. Isso pode ser

evidenciado pela qualidade do corpo docente dos PPG, que devem ser altamente qualificados, com formação sólida e histórico relevante de publicações e pesquisas de impacto na área; capacidade de orientar estudantes nas temáticas e autores da área de concentração e das linhas de pesquisa do PPG, permitindo uma formação ampla, mas também especializada. Espera-se que Programas de excelência primem pela diversidade de atividades, projetos e disciplinas ofertadas, visando a integração de temas clássicos da Filosofia e integrando novas temáticas, com diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento. É indispensável, além disso, que todos os docentes permanentes do PPG mantenham íntima relação entre a Graduação e a Pós-graduação e, para isso, estejam envolvidos nas diferentes atividades de ensino, pesquisa e orientação, além das atividades de extensão desenvolvidas pelo programa. O corpo docente deve ser estável e majoritariamente pertencente à instituição (conforme das regras descritas acima), com produção docente e orientações bem distribuídas entre os membros do corpo docente permanente.

Do ponto de vista do impacto da produção intelectual, espera-se que Programas de excelência se destaquem por uma produção que contribua significativamente para o avanço do conhecimento filosófico, tanto em nível nacional quanto internacional. Tal desempenho superior deve incluir a produção de livros, artigos em periódicos renomados, participação e organização em eventos importantes da área. Tais produtos, contudo, devem demonstrar relevância por meio de aspectos ligados ao seu impacto teórico e/ou socioambiental, demonstrando o reconhecimento e influência dos resultados das pesquisas conduzidas no PPG. Destaca-se, além disso, que os Programas excelentes da área de Filosofia devem estar atentos e visibilizar em seu planejamento e práticas cotidianas de ensino, pesquisa e extensão, as temáticas constantes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), em suas diferentes abordagens e tarefas.

Espera-se que Programas de excelência exerçam liderança na área, tenha inserção, reconhecimento no cenário nacional e internacional e capacidade de nucleação. A liderança de um PPG na área de Filosofia se manifesta por seu reconhecimento como um centro de referência em produção filosófica, capaz de promover e coordenar redes de pesquisa colaborativas com outras instituições de ensino e pesquisa, participação ativa em associações filosóficas nacionais e internacionais, promovendo e organizando eventos acadêmicos de relevância e com capacidade para atração de estudantes de diferentes regiões do país e do exterior.

Para a avaliação dos requisitos ligados à Internacionalização, deve-se levar em conta, na área de Filosofia, as quatro dimensões abordadas acima: Pesquisa, Produção Intelectual, Institucionalidade da Internacionalização e Mobilidade do corpo docente e discente.

Nesses termos, espera-se que um Programa de excelência (especialmente com pretensão à nota 7) mantenha acordos de cooperação acadêmica com universidades

nacionais e internacionais, mantendo significativo fluxo de intercâmbios de estudantes e professores, bem como projetos de pesquisa conjuntos, publicações e demais atividades em parcerias. Espera-se também a manutenção de uma mobilidade acadêmica ativa, com a promoção de programas de intercâmbio e incentivo à internacionalização do corpo discente e docente, mantendo-se como voz ativa em debates e discussões que envolvem questões filosóficas globais, ampliando a inserção do PPG em debates internacionais. Tais processos podem também ser orientados pelo viés da solidariedade e do apoio recíproco em vista da inserção social e do fortalecimento de Programas não consolidados, em regiões assimétricas (seja nacionais, seja internacionais) ou em temáticas de interesse global.

Ademais, espera-se que Programas de excelência tenham persistência e estabilidade em seus processos, compreendendo seu trabalho não apenas como ações esporádicas, mas como expressão de um projeto coletivo do PPG desenvolvido em planejamento sólido e a longo prazo. Além disso, conforme o já citado Relatório do grupo de trabalho excelência na Pós-graduação *stricto sensu* (2024, p. 25), reconhece-se que a excelência deve ser pensada a partir dos diferentes perfis de Programas em suas diferentes identidades e planejamentos. A avaliação da excelência, portanto, deve levar em conta parâmetros “condizentes com suas identidades”, bem como de suas modalidades específicas (acadêmicos ou profissionais).

## 5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

### 5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A redução das assimetrias regionais e intrarregionais nos Programas de Pós-graduação em Filosofia se mantém como um desafio relevante no contexto da educação superior no Brasil. Para atender a esse desafio, espera-se que os Programas da área de Filosofia desenvolvam diretrizes que considerem a diversidade e as especificidades de cada região, com atenção às desigualdades de acesso, permanência e produção acadêmica. Ações como a implementação de programas em rede regional e intensificação de processos de solidariedade e nucleação de programas consolidados da mesma região ou de regiões distintas são recomendadas, na medida em que poderão contribuir para a redução das assimetrias regionais e intrarregionais.

Levando-se em conta que os Programas de Pós-graduação podem ser propulsores de um modelo de desenvolvimento que seja socialmente equitativo e ambientalmente responsável, a área de Filosofia considera as disparidades e assimetrias regionais no que diz respeito à igualdade de oportunidades por meio do acesso ao conhecimento; da formação de recursos humanos qualificados e com capacidade de intervenção em vista da transformação das desigualdades regionais; da pesquisa e inovação capazes de identificar as demandas regionais e impulsionar soluções que beneficiem a comunidade local e regional; e do intercâmbio de conhecimento e boas práticas entre diferentes regiões, promovendo a colaboração entre pesquisadores, instituições e estudantes de diferentes áreas geográficas em vista da promoção das boas práticas e a consolidação de modelos bem sucedidos.

Isso tudo pode ser realizado por meio do estímulo ao pensamento crítico e à reflexão contextualizada dos temas e abordagens filosóficas, do diálogo intercultural e compreensão mútua em torno de questões éticas, políticas e culturais, da promoção da ética e da responsabilidade socioambiental, da valorização da sabedoria e do conhecimento local/regional, de forma interdisciplinar, contribuindo para o fortalecimento e a valorização dos diferentes agentes sociais em suas contribuições culturais e intelectuais. Tal como já circunscrito no Documento Orientador de APCN, a área de Filosofia considera região assimétrica as regiões Norte, Nordeste (em regiões de baixa densidade de programas) e Centro-Oeste (com exceção do Distrito Federal), em função das demandas socioambientais próprias de cada região. Na avaliação de permanência, é desejável que Programas que estejam nessas regiões consigam explicitar dificuldades e obstáculos para garantirem o cumprimento dos parâmetros de avaliação da Ficha da Filosofia. A explicitação desses obstáculos vai permitir que a área, em se tratando de avaliação de permanência, possa doravante articular situações avaliativas e

de indução para assegurar o desenvolvimento homogêneo e o crescimento orgânico do sistema de Pós-graduação na área de Filosofia.

De qualquer maneira, a área reconhece que, em alguns casos, algumas excepcionalidades poderão ser abertas, desde que bem justificadas. Tais excepcionalidades referem-se a flexibilizações pontuais aplicadas à avaliação de um PPG em áreas onde as condições estruturais e regionais apresentam limitações significativas, como é o caso das regiões assimétricas. A justificativa para a aplicação dessas excepcionalidades deve estar fundamentada na realidade local, incluindo fatores como déficit histórico de investimentos, baixa densidade de docentes qualificados ou infraestrutura limitada. A aplicação dessas excepcionalidades pode permitir um olhar mais justo e equitativo na análise de Programas que, apesar de enfrentarem condições adversas, desempenham um papel crucial na redução das desigualdades regionais. As excepcionalidades podem contemplar, por exemplo, uma flexibilização temporária de alguns critérios, como a possibilidade de aceitar número menor de docentes permanentes por PPG, desde que a qualidade e o impacto das atividades acadêmicas e de pesquisa sejam evidentes e contribuam para o desenvolvimento intelectual e social da região.

Nesses casos o PPG deve apresentar justificativas claras e bem fundamentadas, elencando fatores como a carência de recursos humanos qualificados na região e/ou a dificuldade de atração e permanência/fixação de docentes de outras áreas devido à localização geográfica ou à falta de infraestrutura; a importância do PPG para a formação acadêmica e o desenvolvimento cultural e intelectual local, demonstrando ser um dos únicos ou principais Programas disponíveis naquela região; o impacto social e regional do Programa, que incluam projetos de pesquisa voltados para estudar e enfrentar problemas locais e melhorar a qualidade de vida da comunidade, além de formar novos professores e pesquisadores da área de Filosofia que possam contribuir para o desenvolvimento local; parcerias com outras instituições regionais, nacionais ou mesmo institucionais que ajudem a compensar as limitações internas de corpo docente ou de infraestrutura.

## **5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)**

A área da Filosofia recomenda vivamente e incentiva a prática de solidariedade (apoio a outros programas e áreas afins) por parte de Programas consolidados com outros em estágio de criação ou em fase de consolidação mediante iniciativas diversas, que podem incluir organização de grupos/núcleos ou redes de pesquisa, eventos, intercâmbios e convênios. Tais atividades podem ou não ser organizadas em torno de Projetos de Cooperação Institucional (PCI), em nível de mestrado e doutorado, nacional ou internacional. Recomenda-se que essas propostas contemplem justificativas, relevância, impactos regionais e objetivos e metas definidas.

Quanto às justificativas, elas podem ressaltar as assimetrias regionais dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (desequilíbrio na distribuição regional e diferenças de notas entre os programas). Nesses casos, a instituição promotora, com alto nível de excelência reconhecido pela área, encontra-se legitimada para apoiar outras IES na formação qualificada de docentes e suas respectivas pesquisas, havendo necessidade e interesse, por parte da instituição receptora, em se estruturar e consolidar como centro de educação superior rumo à redução das assimetrias inter- e intrarregionais.

Quando à relevância, espera-se que ela seja descrita de modo a demonstrar a efetiva contribuição das parcerias na formação qualificada de mestres e doutores na área de Filosofia, realizada por um Programa de Pós-Graduação em Filosofia reconhecido por sua excelência acadêmica, para atuarem em todos os níveis de ensino. É também parte da relevância de um projeto desse tipo, a viabilização do desenvolvimento de pesquisas voltadas para questões próprias da região, facultada pela convivência entre profissionais de diferentes regiões do país e a inserção dos mestrados e doutorandos em grupos de pesquisa já consolidados.

Some-se a isso uma descrição adequada dos impactos regionais de tais parcerias, demonstrando como a realização de PCI poderá impactar positivamente a região, aumentando o número de mestres e doutores em Filosofia na região, garantindo a inserção de novos mestres e doutores no universo da pesquisa e da ação/intervenção junto à comunidade local, promovendo o desenvolvimento de novas práticas investigativas e de inovação, levando ao incremento regional em termos de formação filosófica, ética e social, mediante a inclusão de novos mestres e doutores em grupos de pesquisa. Além disso, tais iniciativas devem vislumbrar a criação e/ou consolidação de novos Programas de Pós-Graduação e contribuir, de forma geral, com impactos econômicos e socioambientais positivos. Para o programa promotor, a implementação PCI deverá contribuir para o desenvolvimento e consolidação de suas linhas de pesquisa e para a ampliação da atuação de seus docentes e discentes em rede.

Quanto aos objetivos e metas, espera-se que tais mecanismos de solidariedade – conforme prevê a legislação específica do PCI – contribuam para o desenvolvimento regional e a redução das assimetrias intra- e inter-regionais, mediante a formação específica de recursos humanos altamente qualificados para atuação na docência, na pesquisa e no mercado de trabalho em instituições públicas ou privadas. Espera-se que os objetivos gerais se desdobrem em específicos, como a formação qualificada pós-graduada de recursos humanos da instituição receptora na área de Filosofia para o desenvolvimento socioambiental, econômico-cultural, científico-tecnológico, com ênfase na formação docente para apoio ou nucleação de futuros novos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, atendendo à carência e à demanda das regiões. Almeja-se, igualmente, viabilizar a criação, organização e a qualificação de Núcleos de Pesquisa na área da Filosofia; capacitar egressos para a docência e para a pesquisa; qualificar pesquisadores para atuar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na região.

### 5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

A Área de Filosofia recomenda que os Programas estejam comprometidos com políticas afirmativas para acesso e permanência de pós-graduandos, tornando explícito, no Regimento do programa, o compromisso com a diversidade da comunidade acadêmica discente, por exemplo, por meio da reserva de vagas para mulheres, pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência (PcDs), refugiados e/ou trans (transgêneros, transexuais e travestis). É igualmente recomendado que as propostas prevejam políticas de manutenção e financiamento das pesquisas do corpo discente, com especial atenção para a articulação entre os editais de distribuição de bolsas de Pós-graduação na área da Filosofia e as políticas afirmativas de acesso e permanência aos Programas.

Para o quadriênio 2025-2028 a área de Filosofia chegou ao consenso de que é preciso elaborar ações afirmativas e de combate às desigualdades tanto no planejamento estratégico, quanto em indicador específico sobre a classe de impacto social, a fim de monitorarmos e avaliarmos a efetiva proatividade dos Programas da área.

No que se refere a seu corpo docente, é desejável que os processos de contratações e credenciamento de docentes dos programas estejam atentos às disparidades de gênero e raça, e estabeleçam políticas proativas para minimizá-las. É desejável que estas políticas digam respeito não apenas à diminuição das desigualdades no seu quantitativo, mas também no que se refere à mitigação das desigualdades salariais e a paridade na divisão do trabalho mais bem remunerado, nas oportunidades de participação em pesquisas e projetos de pesquisa, bem como no acesso aos cargos acadêmicos de maior responsabilidade, projeção e remuneração.

É desejável, outrossim, que as políticas dos Programas estejam alinhadas às políticas institucionais no que se refere ao estabelecimento dessas diretrizes, por exemplo, quando previstas no PDI. No que se refere ao corpo discente recomenda-se que os critérios para o ingresso no PPG e a distribuição de recursos e bolsas incluam, além dos critérios de avaliação de competências, políticas afirmativas relacionadas à condição econômica, de gênero e raça procurando mitigar desigualdades do País que ainda se refletem em nossa Pós-graduação. É desejável também que os programas estabeleçam políticas claras de não discriminação, assédios e combate ao preconceito relativo à comunidade LGBTQIA+. Estas políticas de não discriminação devem se estender também a todas as pessoas, salientando-se a preocupação com idosos, obesos, e pessoas com deficiência, procurando garantir condições de acessibilidade e pesquisa a todos.

Do ponto de vista da acessibilidade, recomenda-se que os Programas levem em consideração aspectos que garantam o acesso igualitário de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Entre as medidas que podem ser elencadas para garantir tais procedimentos, podemos elencar a

adaptação dos materiais utilizados em aula (documentos digitais legíveis por softwares de leitura de tela, vídeos com legendas e descrição em áudio, além de versões impressas em Braille, quando necessário); ambientes físicos acessíveis e adaptados para garantir o acesso de pessoas com deficiência motora (rampas, elevadores, banheiros acessíveis e mobiliário adaptado); acessibilidade digital, com plataformas de ensino e demais recursos digitais acessíveis a pessoas com deficiência visual ou auditiva; formação e capacitação de professores e funcionários para lidar com questões de acessibilidade e suporte e acompanhamento especializado; adaptação dos métodos e procedimentos de avaliação (provas orais, tempo extra em provas escritas ou outros métodos adequados às necessidades dos alunos com deficiência, respeitando os princípios de equidade) etc.

Além disso, recomenda-se a promoção de uma cultura inclusiva, para que todo o corpo docente, discente e técnico esteja engajado na criação de um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento das capacidades humanas. Para tudo isso, é importante ressaltar como as políticas institucionais garantem apoio e inclusão, bem como quais as políticas específicas do programa, que podem, eventualmente, adotar enfoques específicos a partir de suas demandas, oferecer flexibilidade curricular e metodológica quando for o caso, incentivar a criação de grupos de apoio e orientação pedagógica e integrar práticas de cooperação interdisciplinar e atividades de extensão que incluam estudos e debates sobre inclusão, filosofia e acessibilidade, promovendo um ambiente de diálogo sobre essas questões.

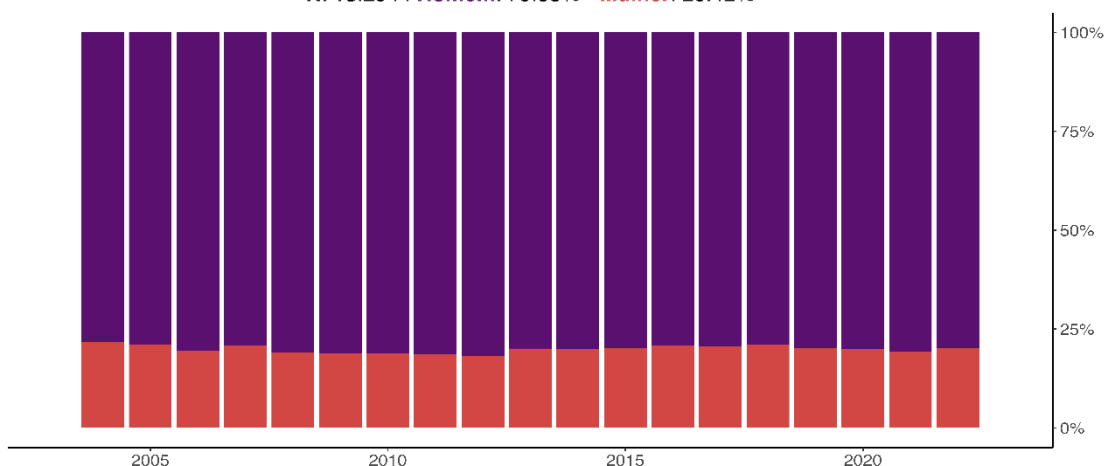
O longo debate feito pela Área de Filosofia está em consonância com as orientações e ações propostas pelo Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades no âmbito da CAPES (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024). Parte das orientações do Comitê complementam os procedimentos de avaliação, no que se refere ao “Parâmetros Comuns” da Portaria.

### 5.3.1 - VISÃO DA ÁREA SOBRE DESIGUALDADES DE GÊNERO E PERSPECTIVAS PARA SUA REDUÇÃO

Um problema histórico na área de Filosofia é a acentuada desproporção entre o número de docentes mulheres em relação aos docentes homens, assim como entre as discentes mulheres e os discentes homens. Os dados relativos à evolução da proporção de docentes permanentes nos PPGs de Filosofia por ano (2004 a 2022) mostram que a média de mulheres docentes permanentes (MDOP) no período é de 20,42%, enquanto a de homens docentes permanentes (HDOP) é de 79,58% (ver FIGURA 1 abaixo):

### Proporção de Docentes Permanentes em PPGs de Filosofia por Gênero (1994-2022)

N: 13.294 | Homem: 79.58% - Mulher: 20.42%



Elaboração: Dataphilo | Dados: CAPES

Quanto ao número de discentes na pós-graduação, a média de ingressantes nos anos de 2013 a 2022 é de 28,79% de mulheres (MDI) e 71,21% de homens (HDI) (ver relatório de meio termo da área/2023: evolução geral da área e seus comparativos).

Assim sendo, a Filosofia é uma das áreas que possui uma das menores proporções de docentes e discentes mulheres nas Ciências Humanas, tornando-se imprescindível o estabelecimento imediato de políticas para a reversão dessa situação. Este documento de área recomenda que os PPG da área estabeleçam políticas de ingresso para MDI que incluam, em seus editais, o estímulo e a promoção da inclusão de gênero. Essas políticas devem ser capazes de minimizar a evasão e criar as condições necessárias para que as discentes tenham condições de finalizar suas dissertações e teses. Entre essas condições, a área incentiva que haja políticas de distribuição de bolsas de maneira equitativa e justa, visando minimizar as atuais disparidades numéricas entre os gêneros, sugerindo-se aqui que os programas considerem o estabelecimento de cotas para mulheres.

Em relação à docência, a área reconhece que, dado o formato atual dos concursos, pode haver dificuldade em atrair mulheres para o quadro de docentes permanentes, mas sugere que os programas estudem e proponham mecanismos para atrair e manter MDOP em seus quadros. A área recomenda também que os programas mantenham um ambiente que garanta tanto às MDOP quanto às MDI, assim como às docentes colaboradoras, um ambiente saudável, diverso e livre de qualquer forma de assédio.

A área leva em consideração as sugestões apresentadas no documento elaborado no IV Vozes: Mulheres na Filosofia, vinculado à Rede Mulheres na História da Filosofia da ANPOF. A área recomenda aos PPG que considerem e, na medida do possível, procurem implementar as seguintes políticas e boas práticas para o enfrentamento da desigualdade de gênero na área:

- a) Implementação de políticas que garantam que o quantitativo mínimo de professoras permanentes seja de 30% do corpo docente total, de modo a não concentrar esse quantitativo mínimo no corpo docente colaborador, com um recorte sensível às mulheres negras e pardas, considerando a diversidade de gênero e raça na composição do corpo docente.
- b) Implementação de políticas de apoio institucional às gestantes e mães no âmbito da pós-graduação.
- c) Publicação de editais, internos e públicos, de credenciamento e credenciamento, nos quais conste que docentes gestantes não serão descredenciadas durante a licença maternidade.
- d) Adoção, no credenciamento e credenciamento, de critérios especiais de avaliação para mulheres mães que passaram por nascimento ou adoção de filhos.
- e) Adoção de práticas que incentivem a presença de mulheres na composição das bancas de mestrado e doutorado, desde que essa participação seja de interesse delas.
- f) Observância pelos programas, na medida do possível, da paridade de gênero na indicação de egressos considerados casos de sucesso.
- g) Incentivo à participação de mulheres em estágios pós-doutorais e projetos de pesquisa, garantindo que elas não serão discriminadas na obtenção de bolsas e financiamentos.
- h) Estabelecimento de políticas que garantam às mulheres paridade com a remuneração masculina, igualdade de condições no acesso a recursos, fontes de financiamento e bolsas, além da melhoria das condições de trabalho para ambos os gêneros.
- i) Criação de políticas e práticas inovadoras que contribuam para diminuir a discrepância de gênero na área e fomentar a participação de mulheres na docência e discência.

## **6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS**

### **6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração**

Em consonância com a legislação vigente, a área acata as diretrizes da DAV no sentido de buscar um planejamento dos PPG para que Programas com as mesmas características possam se unir e se fortalecer com qualidade. A área não endossa a fragmentação de programas e ressalta que, em caso de desmembramento, o Programa original deve ser mantido e os novos Programas terão que passar pela Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), seguindo o calendário da Diretoria de Avaliação e a legislação em vigor.

## **7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA**

Algumas conquistas da área já não devem mais ser abdicadas em termos de encaminhamentos e procedimentos de discussões internas. Transparência nas decisões e nos procedimentos em relação à comunicação e discussão com a área; representatividade de gênero, regional e de raça na formação das comissões de avaliação da área; abertura ao diálogo e republicanismo nas decisões a serem tomadas; e reforço das relações institucionais, tanto com cada PPG quanto com a própria CAPES e suas ramificações, bem como com órgãos de representação da área, como a ANPOF, primando igualmente pelas relações de diálogo, cordialidade e independência, são algumas dessas conquistas importantes. Não deve haver retrocesso nesses casos.

A dinamicidade das transformações da pesquisa no Brasil e no mundo força cada um de nós reavaliar e repensar com frequência nossos rumos e procedimentos da área. Espera-se que no próximo Seminário de Meio Termo, a área consiga refletir sobre os procedimentos encaminhados e amadurecer melhor critérios e operacionalização da avaliação. O exercício de autoavaliação e planejamento que se intensifica no interior dos Programas e das IES deve estar em conjunto com uma concepção maior de autoavaliação da área sobre si mesma, em sintonia com as condições sempre mutáveis e dinâmicas da Pós-graduação brasileira.